

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

O TRATADO DE LISBOA

A assinatura a 13 de Dezembro do Tratado de Lisboa, na cidade que lhe deu o nome e sob a égide da Presidência portuguesa, é um marco histórico de que todos nos orgulhamos.

Dotar a União Europeia de um instrumento normativo que agilize e operacionalize os procedimentos de uma nova realidade europeia a 27, era um imperativo incontornável para permitir o avanço da construção europeia e, em particular, a afirmação da Europa como grande potência à escala mundial.

Do mesmo passo, que a proclamação no dia anterior em Estrasburgo da Carta dos Direitos Fundamentais, com valor jurídico equivalente ao do Tratado, é também um virar de página no reconhecimento identitário da própria União Europeia.

Sem desprimor do que vai dito, o que se impunha, contudo, era que o brilho do protagonismo efémero na cena política europeia não negligenciasse nem secundarizasse a resolução dos graves problemas com que o país se debate a nível interno. E isso, infelizmente, não foi o que sucedeu.

É tempo de o Governo regressar ao país real.

Jorge Neto

Como é regra na época de Natal e Ano Novo, não se publica a edição semanal do "Povo Livre", que não estará "on line" nos dias 26 de Dezembro de 2007 e 2 de Janeiro de 2008, retomando-se a publicação normal na quarta-feira, 9 de Janeiro de 2008.

Chamamos, desta forma, a atenção de todas as estruturas que, estatutariamente, têm de fazer publicar no "PL" as suas convocatórias, para as datas apontadas acima e para os prazos estabelecidos regulamentarmente.

A todos os nossos Leitores, simpatizantes, militantes e membros das estruturas do nosso Partido ou a elas ligados, o "Povo Livre" deseja um Santo Natal e um Feliz Ano Novo.

No 27º aniversário da morte de Sá Carneiro Reunião de destacados militantes na data de Camarate



Destaques:

Luís Filipe Menezes preocupa-se com o "completo alarme" da população do Porto

Em "Actividades do Presidente", pag. 2 e seguintes.

Descontos ilegais feitos pela Caixa Geral de Aposentações

Em "Actividades do PSD", interior.

"Deputados Municipais do PSD andaram bem na questão do Empréstimo", afirmou o Presidente do PSD

Em "Notícias de Lisboa"

No 27º aniversário da morte de Sá Carneiro Reunião de destacados militantes na data de Camarate

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, exortou hoje os militantes do partido a “levantarem a cabeça” e deixarem de lado “qualquer tipo de preconceito” em afirmarem as suas convicções sem medo.

“É preciso encontrar espaço para todos os que foram importantes possam regressar à sua casa”, afirmou Luís Filipe Menezes, na cerimónia organizada pelo partido para assinalar o 27º aniversário da morte de Sá Carneiro.

Fazendo votos para que a cerimónia hoje realizada possa “dar um contributo para que o partido recupere em absoluto a sua auto-estima”, o líder social-democrata considerou não haver motivos para que os militantes se envergonhem da história do PSD.

“Estivemos quase sempre do lado certo”, frisou.

Luís Filipe Menezes fez ainda uma referência especial aos Governos de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, que considerou serem os “mais diabolizados”, insistindo que o partido não tem de carregar “com má consciência” esse dois anos em que esteve à frente do executivo.

“É preciso levantar a cabeça, utilizar os nossos melhores e não ter qualquer tipo de preconceito em afirmar as nossas convicções sem medo”, sublinhou.

O líder social-democrata reconheceu, contudo, que “há um grande caminho a percorrer”.

“Há muita coisa que não está bem no nosso partido”, admitiu ainda, apontando, por exemplo, o facto do PSD se ter “fechado” e de ter deixado de



“apreciar o contraditório interno duro”.

“Há tanto onde temos razão e temos de combater”, acrescentou, reiterando que conta com todos os militantes para inverter esta situação.

Antes de Luís Filipe Menezes, falou um dos mais destacados militantes felizmente vivos, do PSD, o engº Eurico de Melo, que em palavras

simples, contou algumas histórias desconhecidas do seu convívio e colaboração com Sá Carneiro e Cavaco Silva.

Depois, numa curta intervenção, o líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, reiterou o seu apoio ao actual líder social-democrata, considerando que cabe aos militantes

dar-lhe “força para que os seus objectivos sejam alcançados”.

Além de Luís Filipe Menezes e Pedro Santana Lopes, participaram na cerimónia que assinalou o 27º aniversário da morte de Sá Carneiro nomes como Eurico de Melo, Vasco Graça Moura, Leonor Beza, Rui Machete ou Marcelo Rebelo de Sousa.
– PL, Fotos Luís Saraiva



No Porto, Luís Filipe Menezes considera o “completo alarme” da população e está disponível para viabilizar o reapetrechamento e formação das polícias

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, manifestou-se hoje disponível para viabilizar uma revisão orçamental para reapetrechar as polícias e formar mais agentes, mas exigiu que o primeiro-ministro peça desculpa pela insegurança no país.

Luís Filipe Menezes fez esta declaração na sede distrital do PSD/Porto, na sequência de mais um homicídio de um segurança naquela cidade.

“Estamos disponíveis para discutir uma pequena revisão orçamental para que possam ser abertos, no mínimo, mais dois cursos de formação de agentes da PSP até ao final da legislatura”, declarou.

Esta disponibilidade foi manifestada porque, segundo disse o presidente social-democrata, “com a obsessão orçamental em cima da mesa”, a legislatura vai terminar com a formação de apenas 900 polícias, “apontando-se o próximo curso somente para 2010”.

“Estamos disponíveis para encontrar todos os consensos parlamentares para se viabilizarem pelo menos mais dois cursos, em 2008 e 2009”, explicou.

Também face às “exigências das forças de segurança para reapetrechamento urgente”, Menezes disse que o PSD está igualmente disponível “para discutir uma alteração orçamental que permita esse objectivo”.

“Não vamos pedir demissões, mas exigimos soluções imediatas”, declarou Luís Filipe Menezes, considerando que a população “está completamente alarmada” e reiterando que se assiste a uma criminalidade típica dos anos 30 em algumas cidades norte-americanas.

Por isso, disse, “não ficaria mal ao senhor primeiro-ministro pedir desculpa pela situação de insegurança que se vive em Portugal”.

Ao criticar a postura do governo face à sucessão de crimes violentos associados à noite, Menezes lamentou que o trabalho das polícias tenha sido “desvalorizado e criticado”.

Pedi, por isso, que o governo invista, a curto prazo, na “moralização” das polícias. – Fonte: Lusa

Os sociais-democratas têm “muitas razões” para estarem “insatisfeitos com as prestações” do Governo

Em Leiria, durante um plenário de militantes, o líder do PSD, Luís Filipe Menezes, apelou novamente ao primeiro-ministro José Sócrates para



que “desça à terra” e governe o País a partir de Janeiro, depois dos compromissos da União Europeia.

Falando pouco antes do início do plenário, Luís Filipe Menezes considerou que os sociais-democratas têm “muitas razões” para estarem “insatisfeitos com as prestações” do Governo.

“Agora somos optimistas e vamos deixar passar esta onda em que o primeiro-ministro está envolvido, de responsabilidades de presidente da União Europeia”, para, “em Janeiro, regressar à terra, pôr na ordem os ministros que estão uns contra os

outros” e resolver outros problemas.

Em suma, “começar a governar Portugal”, afirmou Luís Filipe Menezes, que elencou vários problemas como a “insegurança extrema que traduz desemprego, miséria e incapacidade de gerir as políticas das cidades”, a que se soma a “falta de investimentos em meios humanos das forças de segurança”.

Por outro lado, as divergências entre os ministros do Ambiente e das Obras Públicas sobre a construção do futuro aeroporto de Lisboa foi também afluada pelo presidente do PSD.

“Se fosse pela opinião dos

ministros, o novo aeroporto era mais ou menos em Alverca porque era a meia distância entre Alcochete e a Ota”, ironizou, prometendo que o “PSD tomará posição” sobre a localização durante a próxima semana.

Sobre o facto do PSD do Distrito de Leiria ser favorável à Ota, Luís Filipe Menezes recordou que no partido “há liberdade de expressão dos dirigentes defenderem as suas posições, independentemente delas serem maioritárias ou minoritárias”.

Assim, “os dirigentes e os autarcas do Distrito de Leiria terão, em toda e qualquer circunstância, liberdade para defender aquilo que entendem”, concluiu o líder social-democrata.

Quando ficar sem a “cortina de fumo” da Presidência da EU, Sócrates há grandes possibilidades de Sócrates ser confrontado com uma grave crise no governo

O líder do PSD afirmou, em Oliveira de Azeméis, no dia 8, que José Sócrates poderá ser confrontado com uma grave crise no governo quando terminar a presidência portuguesa da UE e tiver de enfrentar os problemas reais, tal como aconteceu com António Guterres.



“A partir de Janeiro, quando José Sócrates tiver de discutir o país sem cimeiras, não sei se se não acontecerá algo como aconteceu com António Guterres, quando desceu ao real, após a Presidência Portuguesa”, afirmou Luís Filipe Menezes.

“Vai aparecer uma grande crise no governo após esta festa e as coisas vão-se complicar para José Sócrates”, acrescentou o líder do PSD em Oliveira de Azeméis, onde inaugurou uma nova sede do partido.

Menezes explicou aos militantes que uma das razões que levou o PSD a “ter novas ideias sobre a ratificação do Tratado Europeu” foi precisamente para evitar que “o primeiro-ministro tivesse os portugueses mais seis meses distraídos dos problemas do país, com a discussão do Tratado”.

Por outro lado, acrescentou, a realização de um referendo pode levar a um sentido de voto que expresse o descontentamento dos portugueses com o governo, comprometendo a construção europeia.

“Somos europeístas e se houver referendo apelamos ao sim, mas pode haver um voto de castigo dos portugueses ao governo, colocando em causa as nossas responsabilidades no projecto europeu”, disse.

Luís Filipe Menezes explicou que, em dois meses, o PSD tem feito uma oposição tranquila porque não era ainda a fase para o partido fazer passar as suas propostas, pois o país não estava atento, mas prometeu que, “a partir de Janeiro, o PSD vai demonstrar aos portugueses que tem um rumo”.

Um “grande programa” de privatizações, mudanças na legislação laboral, uma diplomacia económica agressiva, liberalização na Educação,

paridade de circunstâncias no acesso à medicina pública e privada e um pacote de descentralização”, serão propostas que o PSD vai apresentar em 2008.

“O PSD está no bom caminho. Os estudos de opinião indicam um crescimento sustentado e devemos ser serenos porque as eleições são daqui a dois anos. Primeiro temos de convencer os portugueses a estarem atentos às nossas propostas e depois vão aderir”, afirmou.

Reflectindo para os militantes, a sua confiança, Luís Filipe Menezes declarou que “já há uma enorme impopularidade do governo” e afirmou que “o grupo parlamentar vai ser uma peça fundamental neste combate” para levar o PSD à vitória em 2009.

Menezes considera que, “ao contrário do que os socialistas dizem, o PS não ganhou o debate parlamentar sobre o Orçamento e vai ter muitos mais debates com o PSD”.

“Interessa pouco estar a ganhar por um a zero ao intervalo e o PSD é bom nas segundas partes”, advertiu. – **Fonte: Lusa, Fotos, cortesia de António Teixeira**

Homenagem aos autarcas do PSD do Concelho de Cantanhede

No dia 8, em Cantanhede, realizou-se um “Jantar de Homenagem” aos autarcas do PSD do concelho de Cantanhede.

Nessa reunião com militantes responsáveis pelo desempenho de missões políticas, Luís Filipe Menezes lançou um pedido directo a José Sócrates: «É bom que o primeiro-ministro comece a ganhar fôlego, para

que no dia 2 de Janeiro, depois de uma merecidas férias, comece a governar o País!»

O Presidente do PSD teceu duras críticas à governação socialista, actualmente monopolizada pela presidência da EU: «É bom lembrar que ao mesmo tempo que estamos nesta lufa-lufa da Presidência, em Portugal as coisas não estão a correr nada bem!», afirmou Menezes, alertando para os gravíssimos problemas sociais, designadamente para o muito elevado e trágico índice de desemprego.

O nosso Presidente aludiu, por exemplo, à recente entrevista do Director Nacional da PSP, dizendo que «... a insegurança em Portugal está a atingir limites insustentáveis. As pessoas têm medo de sair à rua e de deixar os seus idosos em casa!», disse Menezes.

O compromisso da PSP de formar 4.000 agentes, vai «ficar pelos 1.000, ou seja, apenas 25% do prometido», o que levou o Presidente do PSD a reafirmar que «... estamos numa lógica economicista pura e dura, numa área fundamental para a imagem de Portugal!».

Em vésperas de Natal, o líder social-democrata lançou ainda o repto ao Executivo, para «... pagar o que os pensionistas costumam receber nesta data».

O líder social-democrata Luís Filipe Menezes afirmou ainda que, neste momento, Portugal é “um país sem esperança onde toda a gente tem medo” e lembrou a sua promessa de apresentar propostas para inverter a situação, a partir de Janeiro.

Discursando num jantar que juntou cerca de 450 militantes autarcas do

partido, Luís Filipe Menezes disse que as “pessoas têm medo de não ter dinheiro para comprar medicamentos ao fim do mês, de não ter reforma no futuro e de sair à rua porque a insegurança grassa pelas nossas cidades, vilas e até aldeias”.

Antes de falar aos autarcas e em declarações aos jornalistas, o dirigente social-democrata afirmou que “a situação de insegurança no país está a atingir limites insustentáveis” e lamentou que o compromisso de formar quatro mil polícias nesta legislatura não ultrapasse os 25 por cento.

Na sua intervenção, Filipe Menezes frisou que Portugal em termos económicos divergiu da União Europeia pelo nono ano consecutivo e que o desemprego já atinge meio milhão de pessoas.

“O engenheiro Sócrates prometeu no final da legislatura estar a crescer a três por cento ao ano. Não era uma grande ambição, mas todas as projecções, mesmo as mais optimistas, apontam para, no final da legislatura, Portugal estar a crescer a 2,2 por cento, ou seja mais de 30 por cento abaixo da meta prometida”, disse.

Referindo que esta é uma fase de “desmascarar o Partido Socialista”, o líder do PSD garantiu que a partir de Janeiro vão mostrar que “são diferentes na economia, na saúde, na educação, na segurança social e na forma como vêem a descentralização do Estado”.

“A partir de Janeiro vamos ter o PS a reagir às nossas propostas, porque nós vamos dizer como é que se pode baixar impostos reduzindo a despesa pública e como se pode promover o investimento e o crescimento económico”, disse.

“Esta é uma altura em que estamos muito ocupados com questões europeias, é bom que o primeiro-ministro ganhe fôlego em Janeiro para começar a governar a sério o país”, acrescentou.

O presidente do PSD queixou-se ainda do tratamento da televisão pública e criticou que exista “um dirigente socialista nacional, a fazer a leitura política da semana e não se dê a possibilidade de um dirigente nacional do PSD, à quarta-feira, fazer a leitura da semana”. O programa [as “Notas Soltas”, de António Vítorino] “é um patamar da propaganda do Governo”.

“Isto tem de mudar na televisão pública”, defendeu.

Considerou ainda inaceitável, “do ponto de vista ético”, que o “ministro mais político do Governo que faz tantos ataques ao líder da oposição seja aquele que tem a tutela da comunicação social e também da televisão pública”.

“É absolutamente inaceitável”, sublinhou.

Ao reportar-se, em concreto, sobre a substituição da administração da RTP, Luís Filipe Menezes, estranhou não haver um reconhecimento público por parte do Executivo liderado por





José Sócrates quanto à equipa que agora deixou de comandar os destinos da RTP: “Por obter resultados de gestão tão positivos, gostaria que houvesse humildade do engenheiro José Sócrates em vir elogiar uma medida do Governo PSD (que não hesitou em nomear um socialista para a Presidência da RTP) a de reestruturação da RTP, do trabalho desta administração nomeada PSD, que saneou financeiramente a empresa, deu-lhe um património que lhe deu um enquadramento do ponto de vista logístico-organizacional”.

E de seguida, em jeito de pergunta retórica, questionou: “Não haverá nenhum [administrador] da anterior equipa que tenha qualidade para continuar?” Perante esta realidade, Menezes foi contundente. “O que está a acontecer é a voracidade habitual do PS pelos lugares públicos, nomeadamente quando esses lugares podem significar o controlo de um meio de comunicação fundamental para vencer eleições em 2009”, alertou.

“Nós estamos atentos e denunciaremos tudo aquilo a que vier a resvalar no sentido errado. Nós acreditamos nos jornalistas.” Disse ainda: “Não estou descontente com os teletornais da estação pública no essencial, mas nota-se uma coisa curiosa, quando o PSD sobe nas sondagens na semana a seguir desaparece da estação pública. Quando o líder do PSD faz mais ataques sobre a política sectorial aparece no minuto 47 dos teletornais.” – **Fonte: Lusa, Fotos, cortesia de António Teixeira**

Lúis Filipe Menezes reuniu com ex-ministros e ex-secretários de Estado

Na sede nacional do PSD decorreu no fim da semana passada uma reunião entre o Presidente do Partido Social-Democrata Luís Filipe Menezes, e ex-ministros e ex-secretários de Estado das Obras Públicas, membros do PSD.

Na declaração final à Imprensa, foi

anunciado que o PSD vai questionar o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, sobre a reestruturação da empresa Estradas de Portugal e a localização do futuro aeroporto internacional, num debate de urgência no Parlamento.

No dia seguinte, no Parlamento, O PSD utilizou o direito que tem de requerer seis debates de urgência por sessão legislativa, cabendo-lhe o encerramento do debate.

Lúis Filipe Menezes já disse que o debate seria aproveitado para interrogar “de forma veemente” o Governo sobre a Estradas de Portugal.

De acordo com Menezes, as mudanças introduzidas “apontam para a desorçamentação de despesas de forma substantiva” e é preciso clarificar “o enorme endividamento” da empresa.

O deputado do PSD Miguel Relvas defendeu que a legislação aprovada pelo Governo deveria ser discutida pelo Parlamento. A apreciação parlamentar dos decretos sobre a Estradas de Portugal acabou por ser pedida pelo PCP e está agendada para 14 de Dezembro.

Quanto ao futuro aeroporto internacional, o presidente do PSD sugeriu que a sua localização poderia já estar decidida e disse depois que “é legítimo duvidar se existe vontade do Governo de apreciar todas as opiniões e estudos”.

Segundo Luís Filipe Menezes, o executivo tem de “atender a todos os estudos técnicos” para “ponderar uma decisão política com sustentabilidade”.

Referindo-se ao novo aeroporto e também à alta velocidade, Menezes afirmou que “em investimentos desta dimensão seria um erro imperdoável não procurar um grande consenso nacional”.

Na terça-feira da semana passada, Mário Lino foi ouvido em comissão parlamentar, a pedido do BE, sobre a Estradas de Portugal.

Menezes acusa Governo de bloquear o acesso a uma “democracia escurrita”

O líder do PSD acusou o Governo de bloquear o acesso a uma “democracia escurrita” e denunciou

a falta de igualdade entre os partidos da oposição e o PS no acesso à comunicação social.

“Tal como no tempo de combate de Sá Carneiro, o país hoje está de novo bloqueado por não conseguir avançar para uma democracia escurrita”, afirmou Luís Filipe Menezes, que de manhã tinha depositado uma coroa de flores junto ao túmulo de Sá Carneiro, no cemitério do Lumiar em Lisboa, por ocasião do 27º aniversário da sua morte.

Considerando que Portugal vive actualmente “sinais preocupantes da qualidade da democracia”, Menezes salientou que “hoje é quase proibido e politicamente incorrecto ser uma oposição que marca as diferenças, porque uma oposição só é bem vista quando está de acordo com o poder estabelecido”.

Num ataque directo a alguma comunicação social, o dirigente acusou: “temos défices gritantes do ponto de vista da igualdade de acesso à comunicação e temos analistas a comentar permanentemente nas televisões públicas em representação do partido socialista, que é o partido do poder, enquanto que os partidos da oposição são atirados para segundo plano”.

“Não há uma democracia que funcione de uma forma equilibrada se, tal como acontece nos órgãos de soberania, também na comunicação social não houver uma participação em igualdade de todos aqueles que têm uma voz importante na democracia portuguesa”, acrescentou.

Ao ser questionado sobre se falava de censura, Menezes disse apenas: “Estou a falar exactamente do que estou a falar”. – **Fontes: PL, Lusa, DN, RTP 1**



PSD considera que o aeroporto na Ota, “não serve os interesses de Portugal”

O PSD considerou que um aeroporto na Ota “não serve o interesse do país” e acusou o Governo de criar uma “almofada” de 800 milhões de euros com as mudanças nas estradas para baixar o IVA.

As declarações foram feitas pelo social-democrata Miguel Frasquilho na Assembleia da República no debate de urgência sobre obras públicas pedido pelo PSD.

No encerramento do debate, o deputado social-democrata Miguel Frasquilho advogou que “a Ota é desvantajosa e não serve o interesse do país” como localização para o aeroporto dos vários pontos de vista, desde o “valor económico” aos “custos financeiros”.

Quanto às mudanças na empresa Estradas de Portugal, Frasquilho sustentou que “só a desorçamentação” explica a “solução avassaladora” do Governo, prevendo “uma antecipação de receitas que só no futuro iriam ser recebidas”.

“Desistam desta operação”, apelou. “Está encontrada a almofada financeira de 800 milhões de euros que permitirá descer o IVA para 19 por cento por causa das eleições”, acusou, em seguida.

Frasquilho assinalou ainda que agora, “para o Governo, uma empresa pública só pode ser bem gerida se for uma S.A.”, quando “o ministro da Saúde transformou os hospitais S.A. em empresas públicas”.

“Que grande coerência este Governo revela”, exclamou.

Antes, Mário Lino concluiu o seu discurso declarando que “o sector das obras públicas está bem e recomenda-se” e sustentando que a sua política é clara, ao contrário das posições do PSD.

Frasquilho respondeu à dúvida colocada pelo ministro quanto a posição do PSD sobre a colocação de portagens nas auto-estradas: “Para nós o princípio do utilizador-pagador é sagrado, ‘tousjours’”.

Quanto ao TGV, apelidou-o de “mega SCUT” e pediu ao Governo que não tente “impingir” esse projecto.

A Ota não é “inevitável”!

O PSD começou, no dia 5, a ouvir responsáveis pelos estudos sobre o novo aeroporto de Lisboa, reiterando que apesar de “todas as hipóteses estarem em aberto” é já claro que “a Ota não é uma inevitabilidade”.

“Todas as hipóteses estão em aberto, mas é claro hoje que a Ota não é uma inevitabilidade”, afirmou o deputado Jorge Neto, em declarações aos jornalistas na sede do PSD.

Jorge Neto, que falava depois da



direcção do partido ter recebido os responsáveis do estudo encomendado pela Associação Comercial do Porto, que defende a solução ‘Portela+1’, reiterou ainda que nos próximos dias os sociais-democratas irão anunciar qual seria a opção do partido para a localização do novo aeroporto internacional de Lisboa se o PSD fosse Governo.

“A nossa posição será divulgada nos próximos dias, para que o país conheça o que o PSD faria se fosse Governo”, referiu, escusando-se, para já, a revelar se os sociais-democratas têm alguma preferência.

“Estamos no meio do processo de audições”, insistiu Jorge Neto.

Questionado sobre se o partido irá aguardar pela divulgação do estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) que faz a comparação entre as opções Ota e Alcochete para anunciar qual a localização que considera mais favorável, Jorge Neto deu a entender que isso poderá não acontecer.

“Estaremos atentos às conclusões, mas não é fundamental para o PSD”, disse.

O deputado social-democrata adiantou também que, na análise que o PSD está a fazer sobre todas as hipóteses de localização do novo aeroporto de Lisboa, serão tidos em conta quatro parâmetros essenciais: o custo, a competitividade para Lisboa, a segurança e a sustentabilidade ambiental.

“Mas, ainda é cedo para formular

uma opinião”, insistiu.

A direcção do PSD recebeu, no mesmo dia, responsáveis do estudo mandado elaborar pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), que aponta Alcochete como a melhor opção, e o engenheiro do Instituto Superior Técnico Pompeu dos santos, que apresentou um estudo a defender a construção da infra-estrutura no Pinhal Novo.

Na quinta-feira passada, foram ouvidos antigos ministros e secretários de Estado dos Governos do PSD e ex-gestores de empresas de transportes.

Só depois de concluídas as audições, o PSD anunciará, então, qual seria a sua opção para a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa se fosse Governo.

“O PSD aguarda a posição do

Governo, mas não queremos deixar de ter a nossa opinião”, salientou Jorge Costa.

Santana Lopes afirma que os salários não podem aumentar sem aumento da produtividade

O líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, defendeu quinta-feira passada, à noite, a necessidade de colocar o País a produzir “muito mais e melhor”, considerando que os salários não podem subir sem um aumento da produtividade.

“Só há um remédio: dizer que não se pode aumentar salários sem aumento da produtividade”, afirmou Santana Lopes, durante um jantar organizado pelo Lisbon International Club.





Classificando a questão da produtividade como “o drama” do País, o líder da bancada social-democrata considerou vital colocar Portugal a “produzir muito mais e melhor”.

“Esse é o nosso drama, porque a despesa não encolhe”, disse.

Na sua curta intervenção, onde enumerou os desafios em que o País se devia concentrar - formação, identidade nacional e ocupação equilibrada do território - Santana Lopes recuperou ainda o tema das SCUT (auto-estradas sem custos para o utilizador), reafirmando a defesa do princípio do utilizador-pagador.

“Ninguém sabe os milhares, milhões de euros que se vão gastar com as SCUT”, afirmou, lembrando que já este ano “começaram as rendas anuais” que o Estado terá de pagar relativas às auto-estradas sem custos para o utilizador.

“Há verdades que não se podem tapar”, sublinhou, reiterando a necessidade do País “criar riqueza” e dos políticos dizerem “a verdade”.

“A única saída é criar riqueza”, insistiu.

A propósito da organização do território, Santana Lopes defendeu a necessidade do País se “reorganizar administrativamente”, assumindo que “está mal organizado e distribuído pelo território”.

Ainda a propósito dos desafios que devem concentrar a atenção dos portugueses, o líder da bancada do PSD e ex-primeiro-ministro defendeu o predomínio da “cultura da exigência” na educação e formação.

“É preciso um choque na formação”, defendeu, rejeitando, contudo, que se trabalhe para as estatísticas, numa alusão à proposta do Governo que permite que os alunos que chumbam por faltas transitem de ano, desde que passem num exame.

Descontos ilegais feitos pela Caixa Geral de Aposentações

O PSD questionou a legalidade dos descontos feitos pela Caixa Geral de Aposentações aos reformados da administração pública sobre os subsídios de férias e Natal,

considerando que se trata de “mais uma atitude de penalização” do Governo.

No seguimento de uma missiva enviada ao Parlamento por um pensionista a reclamar do facto de lhe terem sido efectuados descontos que considera “ilegais, abusivos, injustos e discriminatórios”, o PSD entregou hoje um requerimento na Assembleia da República a questionar o Governo sobre esta questão.

“Pode a Caixa Geral de Aposentações proceder ao desconto, ao abrigo do Estatuto da Aposentação e do regime de descontos para a ADSE sobre retroactivos e sobre os subsídios de Natal e férias”, questionam os sociais-democratas.

Desde Janeiro de 2007, os aposentados da Caixa Geral de Aposentações com pensões acima dos 596,7 euros têm de descontar 1 por cento da pensão para financiar a ADSE.

Contudo, só há algumas semanas os pensionistas se aperceberam que os descontos incidem sobre os 14 meses de pensão e não, apenas, sobre 12 meses.

Por seu turno, os trabalhadores no activo descontam 1,5 por cento do vencimento para a ADSE em 12 meses.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, o deputado do PSD Adão e Silva repudiou a discriminação que é feita entre os reformados e os trabalhadores no activo.

“É mais uma atitude de penalização para com os reformados”, disse, defendendo que, à semelhança dos trabalhadores no activo, os aposentados da Administração Pública só façam descontos em 12 meses.

Ainda de acordo com Adão e Silva, o PSD estima que cerca de 350 mil reformados da função pública sejam afectados pela medida que impõe que sejam realizados esses descontos.

PSD quer saber quais as medidas para a melhoria da linha ferroviária do Oeste

O deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) questionou o Governo sobre quais as obras previstas para a melhoria da Linha do Oeste, via

ferroviária que aguarda há anos por investimentos que tornem mais rápida a ligação Cacém/Figueira da Foz.

Num requerimento apresentado na Assembleia da República, o deputado pergunta ao Governo qual a calendarização das intervenções e se as obras visam reduzir os tempos de percurso das circulações.

O deputado lembra que a linha, que se desenvolve ao longo de 200 quilómetros, “dispõe de infra-estruturas muito obsoletas e os comboios que nela circulam, com mais de 40 anos, encontram-se, de um modo geral, bastante deteriorados, sendo ainda lentos e pouco cómodos”.

Feliciano Duarte afirma que se trata de “um eixo ferroviário da maior importância” para as actividades económicas e para os habitantes da região mas que transporta cada vez menos passageiros.

Apesar disso, lembra o deputado, “a linha do Oeste continua a aguardar uma intervenção de envergadura que lhe permita recuperar a importância estratégica que já teve, transformando-se numa linha moderna que sirva de instrumento ao desenvolvimento económico e social da região”.

Nesse sentido, recorda que tendo em vista dar início ao processo de modernização, o Governo liderado pelo PSD, determinou a realização de um Estudo de Viabilidade Técnica, Económica de Mercado e de Novas Ligações do Sistema Ferroviário no Oeste.

De acordo com o requerimento apresentado, o estudo deveria ter sido terminado até final de Fevereiro de 2005.

Feliciano Duarte justifica ainda as perguntas ao governo afirmando que a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, informou há cerca de meio ano estar prevista uma melhoria substancial da linha do Oeste, nomeadamente “a nível de iluminações de estrangulamento, de electrificação e de uma melhor circulação, com menores tempos de percurso e maior número de circulações”. – **Fontes: Lusa, “Público”, TSF**

Martins da Cruz avalia positivamente a Cimeira União Europeia-África

A Comissão Política Nacional do Partido Social-Democrata deu, através do Embaixador e ex-Ministro dos Estrangeiros, Martins da Cruz, no Sábado passado, na Sede Nacional uma conferência de imprensa, sobre a Cimeira União Europeia-África,

Martins da Cruz congratulou-se com a realização da Cimeira UE/África em Lisboa e considerou que o PSD é a força política “mais bem preparada” para, “quando for Governo”, concretizar com êxito as intenções desta reunião.

“O PSD entende que, quando for Governo, é a força política mais bem preparada para conseguir para Portugal e para a Europa o sucesso das intenções

desta cimeira pelas relações privilegiadas com África e credibilidade junto dos africanos”, afirmou Martins da Cruz, director do gabinete de Relações Internacionais do PSD.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Durão Barroso salientou que os sociais-democratas sempre defenderam que esta cimeira “era politicamente desejável e estrategicamente necessária”.

“Para falar dos direitos humanos, mas também de relações económicas, de imigração, mas também de democracia, de transparência, desenvolvimento, de paz e de alterações climáticas”, disse.

No entanto, acrescentou, “esta cimeira não se esgota quando terminar”.

“É um ponto de partida para uma nova relação, uma nova parceria entre europeus e africanos, as soluções que existiam estavam claramente ultrapassadas”, defendeu.

Para Martins da Cruz, a II Cimeira UE-África “pode ser a primeira resposta aos desafios do século XXI” na relação entre os dois continentes.

Questionado sobre se a presença de chefes de Estado como Robert Mugabe, do Zimbabué, prejudicou esta cimeira, o embaixador respondeu negativamente.

“Se o sr. Mugabe não tivesse sido convidado e não estivesse em Lisboa, esta cimeira não se realizaria. Não podemos ter dois pesos e duas medidas”, disse, lembrando que Cuba participa nas Cimeiras Ibero-Americanas, onde Portugal também marca presença.

“Não vamos com certeza querer comparar ditaduras e estabelecer escalas”, sublinhou, considerando até que a presença de Mugabe e de outros líderes africanos foi “uma oportunidade”.

“É uma oportunidade para quem lá está, como fez o presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, para apontar a violação dos direitos humanos no Zimbabué ou a gravíssima situação no Darfur, na presença do presidente do Sudão”, disse.

“É com eles à mesa que se deve chamar a atenção para situações graves e violações dos direitos humanos dos seus próprios países”, defendeu. – **PL, Lusa**



Intervenção da Deputada Ana Zita Gomes

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Os jovens portugueses enfrentam, actualmente, duas grandes preocupações: o acesso ao emprego e o acesso à habitação.

Como todos, os jovens portugueses desejam a sua emancipação.

Numa sociedade cada vez mais exigente e competitiva, os mais jovens sentem as enormes dificuldades colocadas a quem ambiciona construir um início de vida independente.

O incentivo ao arrendamento jovem tem sido ao longo dos anos – desde 1992 – um importante apoio ao acesso à habitação.

Todos sabemos que para milhares de jovens esta era a única forma de o conseguirem.

É um facto que a lei de 1992 comportava alguns desajustamentos e, admita-se, alguns casos de menor equidade.

Mas, é merecido assumir a enorme vantagem que este instrumento representou para a vida dos jovens portugueses.

O IAJ foi um instrumento marcante que impulsionou as políticas para a juventude em Portugal.

Perante a necessidade de – e cito do diploma - «adequar o IAJ à presente realidade social e económica(...)», o Governo criou com o Decreto-Lei hoje em apreciação um novo programa: Porta 65- Arrendamento por jovens.

Decorrido o período de suspense sobre qual seria a alternativa ao IAJ, eis que surge a desilusão.

O programa Porta 65 Jovem ao invés de melhorar e reforçar o já existente sistema de incentivos, diminui de forma drástica os incentivos ao arrendamento jovem, cortando em quase tudo.

E este, é um facto incontornável.

A verba disponibilizada é significativamente menor.

O número de jovens beneficiários deste incentivo também será menor.

A taxa de financiamento é reduzida de um máximo de 75% da renda para um máximo de 50%.

Em vez de 5 anos o apoio passa a ter uma duração máxima de 3 anos, e com um decréscimo progressivo.

Os valores das rendas máximas admitidas neste programa oferecem as maiores dúvidas quanto à sua adequação ao actual mercado de arrendamento. Segundo notícias veiculadas, o objectivo do Governo em introduzir estes valores é impedir que os senhorios inflacionem o valor das casas que alugam aos jovens com apoio estatal. Mas não é, decerto, difícil



concluirmos que não será fácil encontrar, por exemplo, um T1 na Grande Lisboa por 340€ ou no Algarve por 220€.

Afirmava-se em como o IAJ estava desajustado no tempo. Quem está desfazido da realidade, agora, é o Governo.

A verdade é que com este novo programa, mesmo que o candidato reúna todos os –apertados- requisitos exigidos, o apoio pode não ser concedido devido a limitações de verba.

Por outro lado, utilizar como critério de selecção os rendimentos dos ascendentes, contraria, na nossa opinião, o princípio deste instrumento: apoiar a emancipação do jovem, enquanto pessoa autónoma e independente.

Consideramos, obviamente, que o Estado deve ponderar a atribuição dos apoios mediante os rendimentos do jovem beneficiário.

Mas não concordamos com este drástico desinvestimento na área da habitação jovem, inviabilizando, assim, o acesso de muitos jovens ao incentivo ao arrendamento.

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados,

Numa altura em que o desemprego jovem continua a aumentar, o Governo demonstra a sua falta de sensibilidade para com os problemas da juventude portuguesa.

Está escrito no programa de Governo que, «facilitar o acesso dos jovens à habitação» é uma prioridade. Pois, este programa em nada vem facilitar, ou melhorar o acesso dos jovens à habitação. Dificulta. Agrava a actual situação.

A situação de mobilidade é uma realidade na nossa sociedade. O arrendamento e a facilidade de acesso à habitação são o suporte essencial a essa mobilidade.

Pretende-se, também, com este programa «uma maior racionalidade na utilização dos recursos financeiros públicos» refere o Governo neste Decreto-Lei.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, estes recursos sofrem cortes drásticos, comparados com anos anteriores.

Existe um decréscimo muito significativo no apoio ao arrendamento jovem.

Esta é, portanto, uma decisão política. E é uma decisão política deliberadamente penalizadora para os jovens portugueses.

Antes era um incentivo ao arrendamento, hoje temos um parco apoio na comparticipação de rendas. A diferença entre estes conceitos é enorme. No Decreto de 92 existia verdadeira política de juventude. No Decreto deste Governo, uma “despesa” que tem que ser diminuída.

Confrontados com esta situação, muitos jovens manifestam diariamente a sua indignação em vários espaços - fóruns e blogs - na Internet. Preparam, até, uma petição à Assembleia da República, a solicitar a revogação deste

mesmo Decreto-Lei.

São várias as mensagens dirigidas, por jovens, ao Grupo Parlamentar do PSD, como concerteza aos restantes. (Como por exemplo o relato de um jovem que vive com o ordenado mínimo nacional e que vê, com esta legislação, o seu apoio ao arrendamento diminuir substancialmente.)

Procuramos obter mais informações na linha de apoio. Não conseguimos. Se há umas semanas esta se encontrava indisponível, hoje está “com alguns problemas” – conforme explicação de um operador da linha da juventude. E, esta é a realidade, Sras. e Srs. deputados.

A habitação constitui um dos mais complexos problemas das novas gerações, sobretudo no período que corresponde ao início da vida activa. A promoção de mecanismos que facilitem o acesso à habitação deveria constituir para o Estado um investimento de futuro.

Não deixa de ser curioso que o Governo tenha designado este programa de Porta 65, numa alusão ao artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, que garante o acesso à habitação.

Na verdade, Sras. e Srs. Deputados este programa Porta 65 remete os jovens portugueses para um Regime de Porta Fechada, relativamente ao incentivo ao arrendamento jovem.

Disse.



Debate Parlamentar de Urgência sobre Obras Públicas

Intervenção do Deputado Jorge Costa
AR, 7 de Dezembro de 2007

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações tem sido palco, desde o início da actual Legislatura, das maiores acrobacias políticas a que temos assistido nos últimos tempos.

Na verdade, a gestão dos *dossiers* mais relevantes do Ministério tem sido caracterizada por três pontos essenciais: **Falta de Rigor, Falta de Transparência e Falta de Credibilidade**. A recente operação de passagem da empresa Estradas de Portugal a Sociedade Anónima é apenas «a cereja no cimo do bolo».

O Sector Rodoviário tem sido fértil em iniciativas governamentais que não passam do mero plano das intenções e, que, mais grave ainda, carecem de uma justificação e de uma estruturação sólida e inequívoca.

A há muito anunciada **Reforma do Modelo de Gestão e Financiamento do Sector Rodoviário** foi sucessivamente adiada e agora, que chegamos a Dezembro de 2007, confirma-se a perspectiva, que sempre afirmámos, de que não terá já qualquer efeito neste ano. Resume-se, após quase três anos de governo, a uns breves princípios orientadores cujos contornos extremamente vagos, nos levam a concluir que o Ministério não tem, na verdade, uma estratégia global e concertada para o Sector Rodoviário. As verbas previstas no OE2007 para a EP não se concretizaram pelo que o investimento em obras de construção nova parou completamente.

Em 2,5 anos ou seja em 30 meses, este Governo lançou concursos de apenas 14 obras de construção nova. 14 obras em 30 meses demonstram bem a inoperância deste Ministério.

E quanto a adjudicações o panorama é ainda mais negro e a performance é risível. E, das que lançou, este governo adjudicou 5 obras de construção nova em 30 meses, isto é, tem a média brilhante de adjudicações de uma em cada seis meses! Mas para quem ouve a propaganda, até parece que o País está inundado de obras!

Agora, em mais uma habilidade, numa clara manobra de fuga ao controlo orçamental, o Governo lança concursos de concessões, em regime de parceria público-privadas que não são objecto de parecer conjunto com o Ministério das Finanças sobre o seu equilíbrio e os encargos futuros a suportar. É o próprio Governo a não cumprir a lei. Voltamos ao descontrolo que se verificou aquando do lançamento do modelo das SCUT, em que tudo seria “de borla”. Mais uma vez a factura ficará para ser paga por quem vir a seguir.

A mais recente cortina de fumo no Sector Rodoviário é, claramente, a operação de passagem da **Estradas de Portugal (EP)** a Sociedade Anónima. O Governo tem tentado, a todo o custo, ocultar os verdadeiros fundamentos e intenções desta operação. Dizem que não haverá privatização, mas escrevem o contrário no próprio DL que aprova as bases de concessão da rede rodoviária nacional. Dizem que não haverá aumento de endividamento, mas não dizem quais são as receitas previstas para o evitar. A factura dos 700 milhões de euros das SCUT está lá para ser paga, como está a dos reequilíbrios financeiros e, agora, a da renda da nova concessão da rede rodoviária nacional.

O nível de endividamento da EP aumentou 39,7% entre 2004 e 2006. Quem o diz é o Tribunal de Contas. E em 2007 será 2,5 vezes mais do que o que era no final de 2004.

Esta operação é, claramente, uma **manobra de ilusão**. Tem por objectivo vir a retirar a empresa do perímetro de consolidação orçamental em 2009 e obter, desta forma, a almofada financeira que permita desvarios eleitorais. Fica aqui, desde já, a denúncia. Estaremos atentos.

E fazemos o desafio ao Governo para que dê a conhecer os estudos económico-financeiros, com as previsões de receita e de despesa, que sustentam a passagem da EP a SA e que justificam que o prazo de concessão seja de 75 anos. Repito, fica o desafio em nome do rigor e da transparência.

O *dossier* das **SCUT's** é outro exemplo da Falta de Credibilidade, Rigor e Transparência deste Governo. Tarde, o Governo recuou. Em campanha eleitoral o líder do Partido Socialista percorreu o País garantindo que jamais seriam introduzidas portagens nas SCUT. Recuou. É mais uma promessa não cumprida. Uma autêntica fraude eleitoral. Promete-se tudo, mesmo o que se sabe ser insustentável. O que importava era caçar votos. Ganhar a qualquer custo. Recuando no que tinha sido uma sua promessa eleitoral, o Governo anunciou, em Outubro de 2006, a introdução de portagens em algumas auto-estradas SCUT.



No entanto, passados 14 meses sobre o anúncio, paira um ensurdecedor silêncio no palácio. Os autarcas desconhecem a verdadeira dimensão da decisão. As populações não sabem quanto vão pagar.

Entretanto, assistimos ao périplo pelo País de um Ministro desorientado e desorçamentado, com um Primeiro-Ministro a seu lado desdobrando-se em sessões de propaganda e de promessas efémeras às populações, na vã tentativa de as fazer esquecer o caos que se vive na morada das Obras Públicas. Não se coíbem de continuarem, sem pudor, a prometerem mais e mais investimentos para a realização de obras que sabem, de antemão, que não vão concretizar por manifesta falta de sustentabilidade financeira. É a política dos espalhafatosos anúncios, da propaganda no seu melhor, mas a conta fica sempre por pagar.

A **Falta de Rigor, de Transparência e de Credibilidade** não se resume apenas a Rodovia, sendo antes transversal a todas as áreas de gestão do Ministério, incluindo os sectores **Ferrovieário e Aeroportuário**.

No Sector **Ferrovieário**, o Governo prepara-se para voltar a agravar o endividamento das gerações futuras, estabelecendo um modelo de financiamento do TGV equivalente ao modelo das SCUT, ou seja, obrigando o Estado a pagar uma renda anual à concessionária. Mais uma vez, não nos é dito qual o valor anual da factura a pagar.

Irresponsavelmente, o Governo monta as operações que lhe são mais favoráveis hoje, sem ter em conta as consequências que tais decisões terão no futuro dos portugueses.

No Sector aeroportuário e relativamente ao *dossier* do Novo Aeroporto de Lisboa, as *gaffes* multiplicam-se e a desorientação do Ministério e do Governo é total. Qual a credibilidade e autoridade de um Ministro que, apregoando a imparcialidade técnica do LNEC, permite que surjam outras entidades por si tuteladas tomando uma posição claramente subjectiva sobre o processo? Qual a credibilidade e autoridade de um Ministro que, apregoando que a decisão final será baseada no parecer puramente técnico do LNEC, assume que a opção pela Ota é uma questão de «compromisso pessoal» eliminando até, de forma pouco digna, qualquer possível localização na Margem Sul do Tejo?

Este é um Governo desacreditado, que não cumpre promessas eleitorais, que aumenta os impostos para as famílias, para os reformados e para as empresas e ao mesmo tempo quer gastar muitos milhões de euros em obras faraónicas mas que deixa a factura para ser paga por quem vier a seguir.

Disse.



INTERVENÇÃO DEPUTADO GUILHERME SILVA

INTERPELAÇÃO AO GOVERNO Nº 16/X (PCP) Política Geral Centrada no Estado da Democracia e nas Condições do Exercício de Direitos e Liberdades Fundamentais Assembleia da República, 5 de Dezembro de 2007

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Ao intervir, desta Tribuna, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, nesta interpelação ao Governo sobre “Política Geral Centrada no Estado da Democracia e nas Condições do Exercício de Direitos e Liberdades Fundamentais”, não podia deixar, nesta ocasião e a propósito deste tema, de prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro, sobre cuja morte trágica passaram ontem 27 anos.

Homenagem a quem, como ninguém, tanto se bateu, com o sucesso que a História já lhe reconhece, pela Liberdade e pela Democracia, quer antes, quer depois do 25 de Abril.

Qualquer intervenção sobre a Democracia e o exercício dos direitos fundamentais, por parte de um militante social democrata convicto, não pode deixar de ser tributária dos valores e dos princípios da tolerância, do pluralismo, do respeito pelos adversários, da defesa da dignidade da pessoa humana, que Sá Carneiro nos legou.

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

É, pois, com este sentido de homenagem devida que não nos devemos cansar de denunciar os atropelos da actual maioria à Liberdade e as violações das mais elementares regras do Estado de Direito, por parte deste Governo.

E o mais grave é que sabemos apenas o que vem a público, apesar de toda a máquina governativa montada para ocultar a verdade dos muitos casos de violação de direitos, que se vão acumulando.

Vejamos alguns desses casos mais emblemáticos de desrespeito pelos direitos fundamentais e de violação de regras elementares do Estado de Direito.

Dois professores do ensino secundário em fase terminal, um vítima de cancro na laringe e outra com leucemia, morreram a dar aulas até à exaustão, porque a Junta Médica recusou-lhes a aposentação por doença.

A directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho foi afastada, por não ter sido mais célere na retirada de uma



notícia sobre declarações do Ministro da Saúde afixada no “placard” das instalações, com comentários de um médico que ali presta serviço.

Os jornais dão conta de que, há muito, as estruturas locais do Partido Socialista reclamavam a cabeça de Celeste Cardoso.

O Director do Hospital concelhio de S. João da Madeira foi exonerado, porque, quando estava em discussão pública a proposta de encerramento das urgências, discordou da posição do Ministro da Saúde.

A Directora Regional de Educação do Norte afastou do serviço e aplicou a um funcionário – o professor Charrua – a sanção de suspensão, por este ter feito um comentário jocoso sobre o Primeiro-Ministro.

Um Director Geral expulsou a Associação de Professores de Matemática da Comissão de Acompanhamento do Plano de Matemática, por ter emitido opinião crítica da Ministra da Educação.

Um bloguista que denunciou irregularidades do processo de licenciatura do Primeiro-Ministro foi alvo de queixa-crime por parte deste.

Aprovou, a maioria, as Leis da Rádio, da Televisão e um Estatuto dos Jornalistas que cerceiam a independência destes e a liberdade de expressão e de informação.

A Polícia de Segurança Pública detecta, no seu seio, agentes que integram associações de malfeitores que extorquiam valores a traficantes de droga, sob a chantagem e ameaça de denúncia da sua actividade ilícita.

Os jornais de hoje referem, com destaque: “PSP investiga polícias com ligações a negócios da noite” e suspeita-se que na morte de empresário,

testemunha do caso Passerelle, estejam envolvidos agentes da PSP.

Um agente da GNR é acusado de assaltar instituições bancárias.

A Polícia Judiciária detectou que no seio das suas equipas da Direcção de Combate ao Tráfico de Droga ocorreram desvios, por parte de agentes e inspectores, de valores e dinheiro apreendidos a traficantes.

O Ministro das Finanças emitiu despacho para que sejam identificados os funcionários que façam greve.

Há Governadores Cívicos a mandar identificar os manifestantes que têm hostilizado o Primeiro-Ministro em visitas locais, instaurando-lhes processos crime e perseguindo sindicalistas.

Os professores que se manifestam legalmente à porta de edifício onde ia ocorrer cerimónia com a presença do Primeiro-Ministro, são chamados à PSP e objecto de procedimento criminal.

A Coordenadora da Sub-Região de Saúde de Castelo Branco procede à abertura, controle e censura da correspondência dirigida aos funcionários.

O Governo insiste e pressiona a Comissão de Protecção de Dados para admitir, inconstitucionalmente, a conexão de dados pessoais em geral e de funcionários em particular.

O Governo subordina o Serviço de Informações e de Segurança a um comando único na dependência do Primeiro-Ministro.

Uma Secretária de Estado afirma que só se pode criticar o Governo, em casa, no café ou nas esquinas.

O Ministro da Agricultura responde com arrogância e sobrançeria a um pescador.

Os Militares que se manifestam são filmados, e, com base nesses filmes, identificados e objecto de procedimentos disciplinares.

Em Outubro último, dois agentes da área de investigação criminal da PSP, à paisana, foram às instalações do Sindicato dos Professores da Covilhã, sem qualquer mandado judicial, recolher documentos numa manifesta tentativa de intimidação e de condicionamento do exercício do direito de greve.

A Governadora Civil, pasme-se, considera esta acção “como procedimento habitual e rotineiro”.

Ao que chegámos!?

Mas, pior do que isto, são as declarações do Primeiro-Ministro a este propósito e que passo a citar: “Foi ordenado um inquérito ao que se passou, mas é minha absoluta convicção de que não houve nenhuma ilegalidade”.

Espantoso!

O Primeiro-Ministro do Governo que ordenou o inquérito, antecipou logo a sua conclusão!

Claro que o resultado foi o que se viu – não se sabe quem mandou os agentes ao Sindicato, nem os seus propósitos, mas o inquérito com conclusão já imposta pelo Primeiro-Ministro, já estava feito, antes de ser instaurado!

Enfim, uma farsa!

Como se vê, por este caso exemplar, o atropelo dos direitos, liberdades e garantias opera-se em circuito completo e ao mais alto nível, ou seja, com a envolvência pública e a conivência do Primeiro-Ministro!

Assistimos a agentes das forças de segurança, impunemente, a intimidarem ilegalmente trabalhadores e a condicionarem o exercício do direito de greve e, ao mesmo tempo, o pseudo-inquérito a tão grave violação, é mascarado com uma conclusão legitimadora, predeterminada pelo Primeiro-Ministro.

E todos parecemos aceitar, pouco mais que indiferentes, situações com esta gravidade!

Mas não ficam por aqui os actos do Governo, do Primeiro-Ministro e da maioria socialista que atentam com as liberdades e garantias dos cidadãos,



violam os direitos fundamentais e desrespeitam o pluralismo democrático.

Tivemos aqui, nesta Câmara, a tentativa de intimidação e de cercamento do direito elementar de reclamação, dos contribuintes, ao pretender-se que o simples exercício desse direito, conferisse à Administração Tributária, poder discricionário, de levantamento administrativo do sigilo bancário, devassando-se, “por dá cá aquela palha”, a vida dos cidadãos.

Valeu a denúncia desse abuso, pela oposição e a intervenção eficaz do Presidente da República, ao enviar o diploma para o Tribunal Constitucional, que impôs a correcção de semelhante enormidade.

Foi ainda o caso da subversão de regras elementares no quadro do funcionamento das Forças Armadas, com a Lei Orgânica da GNR e a tentativa de criar, de forma camuflada, o quarto ramo.

Mais uma vez, a atenção vigilante

confirmará.

Aliás, já nas Propostas de Lei relativas à Segurança Interna e à Organização da Investigação Criminal, se pretende subordinar a investigação criminal à segurança interna, misturando o que, no domínio dos princípios, não deve, nem pode ser misturado.

O próprio Procurador Geral da República vem denunciando a probabilidade de existência de escutas ilegais.

A este propósito devemos deixar claro que, compreendendo as exigências crescentes relativamente à prevenção e combate ao terrorismo e à alta criminalidade internacionalmente organizada, em nenhuma circunstância, abdicaremos da exigência da intervenção da magistratura judicial, na autorização e validação de escutas telefónicas.

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Mas este ambiente de degradação dos direitos e da democracia propicia, por sua vez, violações, por omissão.

Foi assim, quando em Agosto último, um empresário agrícola, em

intolerância.

Cabe perguntar qual o porquê de tudo isto?

Como pode um Partido com a história do PS, que tanto se bateu pelas Liberdades, ter tão continuado comportamento gravemente anti-democrático!?

Penso que se assiste ao que se poderá designar por um verdadeiro novo-riquismo político, da parte de um poder inebriado com a sua própria maioria absoluta, de que abusa crescentemente, em cada dia do seu exercício, traindo e desrespeitando o voto dos que nele confiaram.

Infelizmente não chegam, para reverter esta situação, vozes de dentro do próprio PS, como a de Manuel Alegre, que em entrevista ao Diário de Notícias de 29 de Junho último, afirmava:

“Pretendi educar muita gente no PS dentro do espírito de tolerância, mas pelos vistos sem resultado”.

Ou ainda os desabaços de Ana Benavente, em artigo de opinião no Público do último Sábado, em que perguntava:

“Para resolver o défice das contas públicas teria sido necessário adoptar as políticas económicas e sociais e a atitude

que se repercute, negativamente, em áreas sensíveis do exercício da autoridade, como foi ainda recentemente denunciado pelo Inspector Geral da Administração Interna.

Denúncia com que o Governo e o Senhor Ministro da Administração Interna, aqui presente, se conformaram inteiramente, o que é muito significativo!

É altamente perturbador para os cidadãos ver membros das forças de segurança envolvidos na prática de crimes graves.

O Governo falha na selecção dos novos agentes da PSP e no recrutamento dos militares da GNR, como falha no exercício da disciplina, não usando da autoridade, onde e quando deve, e abusando da autoridade, onde não deve!

E é pena, porque essas situações isoladas desacreditam as Forças de Segurança e mancha, injustamente, a maioria dos seus membros, que são cumpridores e dedicados, apesar de também eles serem maltratados nos seus direitos, por parte deste Governo e desta maioria, o que muito contribui para a sua desmotivação.

É tempo de terminar!

Vivemos, como já tem sido dito, uma época de claustrofobia democrática.

Infelizmente, há outros direitos dos cidadãos que por força da acção, e nalguns casos, inacção do Governo, são igualmente desrespeitados.

Até o direito de nascer em Portugal é negado por este Governo e por esta maioria, como se viu no caso do encerramento da maternidade do Hospital de Elvas.

Para concluir recorde o que já aqui foi dito pelo deputado Paulo Rangel, na denúncia desta sistemática violação de direitos fundamentais por parte deste Governo e da maioria socialista.

E passo a citar:

“É que, em democracia, não é difícil ser amigo da liberdade e das liberdades quando se é oposição, nem quando se governa em coligação ou com simples maioria relativa.

O teste, o teste decisivo, é este: saber respeitar a liberdade quando se é poder e quando se é poder com maioria absoluta.

Eis o que o Chefe do Executivo, o Governo, o PS e, em particular — hoje, aqui, agora —, os seus Deputados têm, de uma vez por todas, de decidir: estão do lado da liberdade crítica, da liberdade, das liberdades, do Estado de direito, ou estão do lado do condicionamento, do temor e da coacção, da reverência para com o poder e os poderes.”

Os sinais, infelizmente, vão todos no sentido de que este Governo já não muda.

Cabe, pois, aos portugueses mudarem de Governo e, para isso, sabem que podem contar connosco!

Disse.



do Presidente da República preveniu a consumação de tão grave erro e atentado a princípios elementares da organização das Forças Armadas.

É a situação mais recente e agora pendente no Tribunal Constitucional, constituída pela tentativa de “funcionarização” das magistraturas.

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

A degradação de valores e de princípios democráticos dos mais elementares, a que se vem assistido, pela mão da maioria socialista e deste Governo, vai ao ponto de se pôr em causa a independência dos Juizes e o próprio princípio da separação de poderes, de forma manifestamente inconstitucional, como a seu tempo se

Silves, viu a sua exploração invadida e destruídas as suas culturas, nas barbas da GNR, que nada fez para afastar os ocupantes e defender a propriedade.

Ou seja, o Estado demitiu-se dessa obrigação elementar de garantir a segurança dos cidadãos e de assegurar o respeito pelos seus direitos.

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Os casos que citei não são apenas graves de “per si”. A sua gravidade é acrescida, enquanto reveladora de uma forma autocrática de exercício do poder.

De um Governo e de uma maioria que confundem autoridade, com autoritarismo, firmeza com arrogância, discordância ou divergência com

governativa fechada e arrogante que temos vivido? Teria sido necessário pôr os professores de joelhos num pelourinho? Teria sido necessário aumentar as diferenças entre ricos e pobres? Criar mais desemprego? Enviar a GNR contra grevistas no seu direito constitucional? Penalizar as pequenas reformas com impostos? Criar tanto desacerto na justiça? Confirmar aqueles velhos mitos de que “quem paga é sempre o mais pequeno”?”

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Grave é também a circunstância de que estes tiques autoritários do Primeiro-Ministro que convive, de forma muito amistosa, como se tem visto, com conhecidos políticos de cariz totalitário, são um mau exemplo,

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO PINTO

AR, 7 de Dezembro de 2007

Senhor Presidente,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Era de esperar o desnorte manifestado pelo Governo nesta área fundamental para o desenvolvimento económico e social do País.

Remendar aquilo que foi o monstro orçamental criado no Governo socialista de António Guterres e José Sócrates com a irresponsabilidade da criação das SCUT's, vai demorar vários anos.

As SCUT's ficarão para a história com o devido respeito como um dos mais grosseiros erros socialistas.

A mentira que foi a campanha eleitoral socialista na qual com a maior desfaçatez se prometeu aos portugueses, que estradas com portagens seriam uma excepção ou mesmo não existiriam, fica em definitivo, com este debate e apesar de todas as habilidades demonstrada.

(critérios)

O Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro das Obras Públicas, com a sua teimosia e obstinação são sem dúvida os grandes responsáveis, por terem sido necessários 30 meses para ser esboçada uma tentativa de remediar o erro que foram as SCUT's.

Durante estes 30 meses o Governo tentou ir mudando de posição, pensando que o País não se aperceberia de tal facto e hoje pasme-se, tem o Primeiro-Ministro e o Ministro das Obras Públicas como os grandes defensores do princípio do utilizador pagador, podendo mesmo dizer-se os campeões do duplo princípio.

Hoje serão os portugueses que utilizam automóvel, através do pagamento das portagens e por via da contribuição rodoviária os únicos a pagar os custos da construção nova e a manutenção de toda a rede viária da responsabilidade das Estradas de Portugal, agora SA.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Esperamos que os erros cometidos com as SCUT's no passado em que o Partido Socialista e o Governo não quiseram ouvir nada nem ninguém do alto da sua maioria, não venham a verificar-se também com esta criação das Estradas de Portugal Sociedade Anónima.

Esperamos que o Senhor Ministro nos esclareça de forma clara algumas questões:



§ pensa corrigir em definitivo a trapalhice que resulta da possibilidade do tempo de concessão da Estradas de Portugal, SA ser de 75 ou 92 anos?

§ apesar de todas as "juras" que o Sr. ministro já fez, na comissão de obras publicas de não ter o Governo intenção de privatizar nos próximos dois anos, vai o Governo dar-nos a explicação do porquê de no próprio decreto lei em que se aprova a concessão da rede rodoviária nacional o Governo dizer de forma tão enfática exactamente o contrário?

Como alguns Senhores Deputados disseram, também eu não posso acreditar que seja apenas, mais uma trapalhice deste Governo.

Interpretações nos anos de concessão variadas, necessidades de juras e garantias do Governo quanto à possibilidade de se poder privatizar no que diz respeito ao quadro legal que cria uma empresa com a importância das Estradas de Portugal SA, é algo de inaceitável em nome da transparência política, e queremos acreditar que o Governo, de forma inequívoca está na disposição de corrigir, procedendo às alterações necessárias.

Outro dos aspectos que consideramos de vital importância, prende-se com o Governo dar a conhecer a esta Assembleia, como disse há pouco o Senhor Deputado Jorge Costa, os estudos que sustentam o plano estratégico e o modelo financeiro que servem de base e justificam o prazo de concessão assim como equilíbrio financeiro da solução adoptada.

Está ou não o Governo na disposição de dar a esta Assembleia as condições para uma efectiva fiscalização do Governo?

Senhor Ministro, é que é muito dinheiro do nosso dinheiro que não pode ser sujeito a jogos de "esconde esconde", estão em causa dezenas de milhares de milhões de Euros.

São muitas as questões que o Senhor Ministro tem de esclarecer, não só a mim ou ao meu partido, é também a pessoas do seu partido que têm tantas ou mais preocupações em relação aos verdadeiros objectivos e resultados a alcançar com a constituição desta nova empresa de importância estratégica e fundamental no futuro.

Senhor Ministro, Portugal e os Portugueses não querem deste Governo, mais promessas, mais obras virtuais.

Portugal e os Portugueses esperam em definitivo a recuperação do atraso na sua rede viária, fundamental para o desenvolvimento do País.

Disse.

Artigo de Opinião

A Europa e a África...

Ricardo Rio (*)

De acordo com o último Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, assente em dados relativos a 2005, a Islândia ultrapassou marginalmente a Noruega para atingir o topo do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador composto que abarca componentes económicas, demográficas, sociais, ambientais e de outras naturezas conexas.

Se nos centrarmos nos países da União Europeia, a liderança cabe à Irlanda, no 5º lugar da tabela do IDH, com um valor de 0,959, mas logo seguida por mais quinze parceiros da União antes de se atingir o 29º lugar de Portugal, que atinge os 0,897 no IDH.

De entre os 27, os últimos lugares pertencem aos mais recentes membros da família Europeia, a Bulgária (53ª) e a Roménia (60ª), mas ambas ainda dentro do grupo de países de desenvolvimento humano elevado.

Se o IDH é, em si mesmo, um indicador um pouco asséptico, atentemos, por exemplo, aos dados da Esperança Média de Vida à Nascimento: Irlanda, 78,4 anos; Suécia e Espanha, 80,5 anos; Portugal, 77,7 anos; Estónia, 71,2 anos.

Na taxa de literacia dos adultos, os valores oscilam entre os 99% de uma parte substancial dos Estados-membros, os 93,8% de Portugal e os 87,9% de Malta.

Finalmente, o Produto per capita (Ppc) varia entre os 60.228 dólares do Luxemburgo, os 38.505 dólares da Irlanda, os 20.410 dólares de Portugal e os 9.032 dólares da Bulgária.

Dos 70 países que pertencem ao nível de desenvolvimento mais elevado, apenas um as Ilhas Maurícias (na 65ª posição, com um IDH de 0,804, um Produto per capita de 12.715 dólares, uma taxa de literacia de adultos de 84,3% e uma Esperança média de vida de 72,4 anos) pertence ao Continente Africano.

No nível abaixo, podemos encontrar, entre outros, países como a Tunísia, Cabo Verde (o primeiro entre os PALOP, no 102º lugar), a Argélia, o Egipto, a África do Sul ou S. Tomé e Príncipe (123º).

Mas é no nível dos países de menor desenvolvimento humano que se pode encontrar uma percentagem esmagadora de membros do contingente africano. Lá estão Angola (162º), Moçambique (172º) ou a Guiné-Bissau (175ª e antepenúltima do ranking das Nações Unidas).

Qualquer destes países tem um IDH inferior aos 0,45 (o que, matematicamente, corresponde a não atingir o nível mínimo de aprovação em termos de desenvolvimento), tem uma esperança média de vida à nascença inferior aos 46 anos, um Produto per capita entre os 2.335 dólares de Angola, os 1.242 dólares de Moçambique e os 827 dólares da Guiné e uma taxa de literacia de adultos de 67,4% em Angola, mas apenas 38,7% em Moçambique.

Nesta classe de países, podemos, porém, encontrar dados ainda piores: a esperança média de vida à nascença na Zâmbia é de 40,5 anos; o produto per capita do Malawi é de 667 dólares e a taxa de literacia de adultos é de 23,6% no Burkina-Faso. No cômputo geral do IDH, a última posição pertence à Serra Leoa, com um valor de 0,336.

No Sudão, há 5,4 milhões de cidadãos que abandonaram as suas casas. Este número cifra-se entre os 1,2 e os 1,7 milhões de pessoas no Uganda e ascende a 1,1 milhões de Congolezes, ao que acresce mais 400 mil refugiados no exterior.

A taxa de electrificação do País não ultrapassa os dez por cento no Uganda, Malawi, Congo, Moçambique ou Burkina-Faso. Percentagens muito significativas das populações destes países não têm acesso às mínimas condições sanitárias exigíveis, a água potável ou a condições de acompanhamento da maternidade (o que leva uma percentagem significativa das crianças a terem pesos e alturas inferiores ao desejável para as suas idades).

Todo este conjunto de dados traça um quadro extremamente dicotómico e quase simétrico entre dois continentes vizinhos entre os quais a História chegou a criar laços de sangue e cultura umbilicais.

Não se percebe, pois, o distanciamento que ainda hoje se cultiva entre ambos, os sentimentos de constante confrontação, a forma como parecem cuidar de estreitar relações com terceiros para fazer ver ao outro parceiro que o mesmo é dispensável na sua existência.

Em qualquer circunstância, a realização de uma Cimeira como a que esta semana teve lugar em Portugal tem méritos inquestionáveis.

Na próxima semana, porém, tentaremos avaliar porque é que o maior fracasso da Cimeira foi precisamente no campo económico. Mas os dados que antes apresentei deixam já pistas significativas... - (*) *Economista, Vereador da Câmara de Braga, Presidente da CPS/PSD-Braga*

Notícias de Cascais

Vinho de Carcavelos em destaque no Centro Cultural de Cascais



– Exposição e Ciclo de Conferências –

A partir de hoje, às 15H00, o Centro Cultural de Cascais recebe um ciclo de conferências sobre o Vinho de Carcavelos, no âmbito da exposição patente no local sobre a mesma temática.

“A Vinha de Carcavelos”, “O Vinho de Carcavelos e outros vinhos generosos”, “O Vinho e a Arte” são alguns dos temas em foco neste ciclo de conferências.

No final terá lugar uma mesa redonda com alguns descendentes das famílias produtoras do «Carcavelos», que irão debruçar-se sobre “Os quotidianos das quintas de Carcavelos na primeira metade do século XX”.

Ciclo de Conferências e Mesa-Redonda

12 de Dezembro 2007

Auditório do Centro Cultural de Cascais

14h30 | Sessão de Abertura

Intervenções:

- Engº. Luís Carneiro | Estação Agronómica Nacional

A Vinha de Carcavelos

- Engº António Francisco Avilez | Produtor do Vinho de Carcavelos

O vinho de Carcavelos e outros vinhos generosos

- Profº. Doutor Fernando António Baptista Pereira | Professor da Faculdade de Belas- Artes

O Vinho e a arte

17h00 | Os quotidianos das quintas de Carcavelos, na primeira metade do século XX

Mesa redonda com alguns descendentes das famílias produtoras do «Carcavelos».

«NUCLIO» e Câmara de Cascais estabelecem parceria

– Estudo da Astronomia motiva protocolo –

Realiza-se no próximo dia 15 de Dezembro, às 11H00, a assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e o NUCLIO - Núcleo Interactivo de Astronomia - que visa fomentar a cultura científica de forma activa junto da comunidade escolar concelhia.

Desde o início de Novembro de 2005, no âmbito de uma parceria estabelecida com a Câmara Municipal de Cascais, o NUCLIO já desenvolveu diversos projectos constantes do plano de educação escolar, através de acções e ateliês, registando a adesão de cerca de meio milhão de alunos das escolas do concelho.

Dedicado à divulgação e ao ensino da Ciência, em particular da Astronomia e Astrofísica, o NUCLIO fomenta a cultura científica de forma activa, proporcionando às escolas e a outras entidades de ensino desprovidas das condições necessárias ao estudo ao vivo da Astronomia, a possibilidade de acompanhamento em tempo real e a visualização dos corpos celestes e respectiva mecânica.

No âmbito do presente protocolo, o Município de Cascais compromete-se a disponibilizar as instalações do Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal (CIAPS), bem como os equipamentos e alguns materiais de apoio necessários à execução, pelo NUCLIO, dos estudos e actividades a desenvolver no âmbito do referido protocolo.

Além desta cedência, o Município atribui ainda ao NUCLIO um subsídio de 20.000,00 destinado a comparticipar nas despesas efectuadas com a execução do plano de trabalho no ano escolar de 2007/2008.

Câmara assinala centenário de Miguel Torga, com exposição documental, mostra de pintura e palestra, em S. Domingos de Rana

Assinalar o centenário do nascimento do Escritor Miguel Torga é o objectivo da exposição documental e mostra de pintura que a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana inaugura no próximo dia 13 de Dezembro, às 18H00.

No âmbito desta iniciativa, que resulta de uma parceria entre as Câmaras Municipais de Cascais e de Coimbra, é apresentada a exposição documental "Rota dos Escritores: Miguel Torga", dedicada à vida e obra do escritor/médico.

Neste mesmo dia, tem lugar a apresentação da obra "Nós os Bichos", projecto editorial fruto de um convite dirigido por José Augusto Coimbra, conhecido no meio artístico por Zaug, a vários amigos. O desafio consistiu em que cada um escrevesse um conto sobre as personagens de Torga na obra "Bichos". Em seguida, o próprio Zaug encarregou-se da ilustração dos contos



com pinturas a óleo aqui apresentada numa mostra muito singular, sob o nome "Bichos".

No âmbito desta homenagem a Miguel Torga decorre também uma pequena palestra sobre a obra "Os Bichos", que conta com a participação de Paula Teixeira da Cruz, José Miguel Júdice e José Augusto Coimbra.

A exposição documental estará patente ao público de 14 a 31 de Dezembro, na Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana. De 2ª feira das 13H00 às 19H00. De 3ª a 6ª feira das 10H00 às 19H00. Aos Sábados das 10h às 13h00 e das 14H00 às 18H00.

NOTA: Até dia 7 de Dezembro, está patente na Biblioteca Municipal de Cascais – Casa da Horta da Quinta de Santa Clara, uma outra exposição que evoca Miguel Torga.

Deliberações da Reunião Ordinária de Câmara de 3 de Dezembro de 2007

A Câmara Municipal de Cascais, em reunião ordinária de 3 de Dezembro, entre outras matérias, deliberou:

1. Aprovar uma comparticipação financeira da Câmara Municipal de Cascais, no valor de 10.513,50 Euros, no ajardinamento no logradouro da Associação Recreativa Juventude Carrascalense, sita em Carrascal de

Alvide. O logradouro em causa será dotado de uma zona verde e parque infantil e a intervenção permitirá revitalizar uma área onde o Município envidou esforços e obteve resultados na legalização de uma Área Urbana de Génese Ilegal. Cria-se, assim, um espaço que proporcionará aos munícipes a fruição cabal da qualidade de vida que se pretende ser uma marca do Concelho de Cascais.

2. Aprovar a abertura do procedimento administrativo com vista à classificação da Mãe d'Água e troço de aqueduto do século XVI da antiga Fonte Nova, sitos na Rua Franklin Lamas, designados por "Viveiros da Ribeira dos Mochos", em Cascais, como Imóvel de Interesse Municipal. Esta proposta inscreve-se no âmbito da obrigatoriedade por parte das autarquias locais em assegurar a protecção dos valores patrimoniais existentes (artigo 94º da Lei de Bases do Património Cultural -Lei nº 107/01, de 8 de Setembro), promovendo-se, assim, uma protecção especial e valorização das peças patrimoniais mais representativas. O conjunto Mãe d'Água/Aqueduto/Fonte Nova reveste-se de uma relevante importância patrimonial sobretudo por se tratar do primeiro aqueduto construído e conhecido para o abastecimento de água à população de Cascais, facto que representa uma resposta ao crescimento demográfico e territorial da vila de Cascais no século XVI.

3. Aprovar o lançamento de um Concurso Público para a exploração da Cafeteria do Parque da Quinta da Alagoa, na freguesia de Carcavelos. Recentemente efectuada, a requalificação do Parque da Quinta da Alagoa, em Carcavelos, teve como fundamento primordial animar um espaço público cuja degradação era evidente e que exigia uma intervenção. A exploração da cafeteria vem permitir uma permanência social e cultural neste espaço onde se pretende criar uma vivência própria.

4. Aprovar o novo Regulamento dos Serviços de Arquivo da Câmara

Municipal de Cascais, um documento que define as funções dos serviços de arquivo e formaliza as suas relações, quer com os serviços e órgãos municipais, quer como público em geral. De realçar que a Câmara Municipal de Cascais detém um importante acervo documental, essencial para a preservação da memória do concelho, que compreende não só a documentação considerada de conservação definitiva mas também a de arquivo intermédio e a de uso corrente pelos serviços municipais. Deste modo, tornou-se fundamental implementar um Programa de Gestão Documental moderno, eficaz e conforme à legislação actual sobre esta matéria, com vista à promoção de uma gestão integrada de toda a documentação municipal.

5. Ratificar o Acordo de cooperação técnica e financeira entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Cascais para a execução dos arranjos exteriores da Praia das Avenças. Mercê do presente acordo, já publicado em Diário da República, a Câmara Municipal de Cascais assume a realização da obra de valorização e qualificação da Praia das Avenças, considerada estratégica, quer de um ponto de vista ambiental, quer na perspectiva da promoção da actividade turística, e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo assegura 90 por cento do financiamento necessário, até um montante de 540.000,00 Euros. A Praia das Avenças possui uma importante fauna e flora marinha, estando prevista a criação, neste local, de uma zona de interesse biofísico. A intervenção prevista no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Cidadela - Forte S. Julião da Barra procura conciliar usos e actividades, nomeadamente turísticas, lúdicas e de recreio, com a preservação dos sistemas naturais que aqui assumem características de elevado interesse e sensibilidade. – **Gab. Imp. CM Cascais**



Notícias de Aveiro

Protocolo de parceria entre a Câmara, a AIDA e a CERCIIV

A Câmara Municipal de Aveiro, a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro e a CERCIIV – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro apresentaram o Protocolo de Parceria que tem em vista a articulação entre o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) da CERCIIV e entidades empresariais do Distrito de Aveiro.

O protocolo firmado já no início do ano, tem por objectivo principal articular esforços e aproveitar sinergias mútuas. Com este acordo pretendem as duas entidades estabelecer as bases de cooperação necessárias à integração ocupacional de pessoas com deficiência mental grave e profunda e com problemas de foro psiquiátrico, utentes do CAO da CERCIIV.

Numa perspectiva de integração ocupacional, e no âmbito deste protocolo, por um lado, devem ser celebrados protocolos com empresas que cederiam peças a ser montadas nos CAO pelos trabalhadores ocupacionais em troca de retribuição pecuniária a definir pela empresa, de acordo com o tipo de peça e grau de complexidade da montagem.

Por outro lado, haverá a possibilidade de concertar Protocolos de Colaboração com empresas para integração de trabalhadores ocupacionais da CERCIIV que apresentem competências sócio-laborais que possibilitem a realização de tarefas integrais ou parte delas, a tempo inteiro ou parcial, no ambiente normal do trabalho.

De realçar que a AIDA se comprometeu a divulgar, junto das empresas suas associadas, as propostas de protocolos apresentadas pela CERCIIV para concretizar o principal objectivo. Já a CERCIIV tem a responsabilidade de disponibilizar os folhetos informativos a enviar aos associados da AIDA.

Esta apresentação surge integrada no programa “Viver Diferente” – comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de Dezembro) e do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (9 de Dezembro), que se encontra a decorrer até 9 de Dezembro, em vários espaços da cidade. “Viver Diferente”, organizado pela Câmara Municipal de Aveiro em parceria com o Governo Civil de Aveiro, o Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, a CERCIIV, a APPACDM, a ACAPO, a APTA e os Agrupamentos de Escolas de Aveiro, Esgueira e Eixo, tem como pressupostos sensibilizar e mobilizar a população em geral e todas as entidades para a importância da construção de uma sociedade inclusiva, assente na igualdade de oportunidades, onde sejam reconhecidos os direitos efectivos das pessoas deficientes e/ou com incapacidades de várias ordens.

Informações Complementares:

Os Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) são uma das valências da Cooperação para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro (CERCIIV), actualmente a funcionar em duas estruturas – Quinta do Picado, freguesia de



Aradas e Colónia Agrícola da Gafanha da Nazaré.

Nestas estruturas pretende-se apoiar as pessoas com deficiência mental grave e profunda, multideficiência e com problemáticas do foro psiquiátrico, com idade superior a 16 anos de idade. Ambiciona-se, fundamentalmente, orientar estas pessoas no planeamento e organização do seu projecto de vida e colaborar na organização dos apoios necessários para o concretizar.

Neste momento, encontram-se 95 trabalhadores ocupacionais no CAO, assim distribuídos: 15 frequentam a Secção de Apoio pela Ocupação; 24 fazem montagens, velas e encadernação; 11 trabalham em tecelagem; 9 desenvolvem actividades na Agropecuária; 10 desenvolvem tarefas em Multiserviços e 26 encontram-se integrados em postos de trabalho.

Concerto Coral na Igreja da Misericórdia

No próximo dia 15 de Dezembro, às 21.00 horas, na Igreja da Misericórdia, vai realizar-se um da realização do Concerto Coral, organizado pela Câmara Municipal de Aveiro. O Concerto integra-se no Programa de Animação de Natal 2007, que se encontra a decorrer até 1 de Janeiro, em vários espaços do concelho.

O Programa de Animação de Natal inclui diversas actividades de cariz cultural, social e lúdico, sempre imbuídas no espírito natalício, destinadas a toda a comunidade aveirense.

O Concerto Coral vai contar com a participação do Coral São Pedro de Aradas; Coral Vera Cruz; Coral Polifónico de Aveiro e Coro Santa Joana.

O programa do Concerto Coral é o seguinte:

Coral São Pedro de Aradas

- Ressonet in Laudibus – Jacob Handl;
- José embala o Menino – M. Sousa Santos;
- Veni, veni Emmanuel – Zoltán Kodály;
- Ave Maria – Jakob Arcadelt;
- O Magnum Mysterium – Jacob Handl

(Gallus).

Direcção Artística – Manuel Sarrico

Coral Vera Cruz

- Ah Vinde Todos – F. Gevaert;
- O Sono do Menino – Mário S. Ribeiro;

- Noite Santa – Franz Gruber;
- Natal da Índia Portuguesa – Mário S. Ribeiro;
- Canto do Natal – Mário S. Ribeiro

Direcção Artística – Nuno Sampaio

Coral Polifónico de Aveiro

- Vamos a Belém – Manuel Faria;
- En Belen tocan a Fuego – E. Cervera;
- Natal, Natal – M. Borda;
- Gabriel's Oboé – P. Rowlands;
- New-Born King – David A'Bear.

Direcção Artística – Valdemar Silva

Coro Santa Joana

- Quem Pastores Laudavere – John Rutter;
- Ó meu Menino Jesus - Fernando Lapa;
- Pastores que andais na Serra – Fernando Lapa;
- Il est né le Divin Enfant – John Rutter;
- Do Varão nasceu a Vara – Eugénio Amorim.

Peça Conjunta – Adeste Fideles.

Direcção Artística – António Mário Costa

Concurso “Esplanada + in...”

A Câmara Municipal de Aveiro informa abre candidaturas para participar no Concurso “Esplanada + in” dirigido aos proprietários de estabelecimentos com esplanada.

Instituído pela Câmara Municipal de Aveiro em parceria com a Associação de Bares de Aveiro, o Concurso “Esplanada + In” pretende incentivar e dinamizar as esplanadas circunscritas no Município, de 15 de Dezembro a 15 de Janeiro de 2008, com a finalidade de tornar a noite mais aliciente nesta quadra de Natal, Ano Novo e Festas de São Gonçálio.

Todos os proprietários de estabelecimentos com esplanada circunscritas no Município podem concorrer mediante o envio ou entrega da ficha de inscrição (disponível em www.cm-aveiro.pt da realização do Concerto Coral aveiro.pt e na Câmara Municipal de Aveiro) até 17 de Dezembro, de Segunda a Sexta-feira, das 8.30 às 16.30 horas, no Gabinete de Atendimento Integrado da autarquia, sito no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Os prémios consistem num valor pecuniário equivalente à Taxa de Ocupação de Espaço ou Domínio Público com esplanada (uma mesa e quatro cadeiras = seis euros por mês). Assim, primeiro prémio – durante 12 meses; segundo – 6 meses; e terceiro lugar – 3 meses.

O júri será constituído pelo Vereador Gonçalo Caetano Alves, um membro da Associação de Bares de Aveiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, João Barbosa, a Chefe de Divisão da Gestão Urbanística da Câmara, Sónia Pereira, e um cliente / consumidor.

De salientar que os elementos do júri terão como critérios de selecção, a originalidade, a qualidade do serviço prestado e a qualidade dos equipamentos. – **CM Aveiro**

PSD reuniu duas centenas de militantes e simpatizantes no tradicional Almoço de Natal

“Temos um projecto sólido e credível para Braga.”

A Concelhia do PSD de Braga, celebrando a época natalícia, reuniu no Domingo, dia 9 de Dezembro, num almoço de confraternização, mais de duas centenas de militantes, simpatizantes e autarcas, entre os quais se incluíam o Presidente da Comissão Política Distrital de Braga, Deputado Virgílio Costa e o Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Pedro Rodrigues.

Do conjunto dos discursos resultou uma ideia clara: o PSD está preparado e Ricardo Rio será o próximo Presidente da Câmara Municipal de Braga, a bem dos Bracarenses.

Para Hugo Soares, Presidente da Comissão Política da JSD de Braga, 2009 será um ano de mudança quer no executivo camarário quer no Governo, justificando tal afirmação com o recurso a exemplos gritantes decorrentes da ausência de uma política coerente: ao nível do desemprego; da saúde, da educação, do ambiente, do planeamento urbanístico e, em especial, na política para a juventude.

A nível local, Hugo Soares recordou ainda o conjunto de promessas feitas, ano após ano, por Mesquita Machado mas que nunca chegaram a “bom porto” sendo que, a maioria delas, leva o “selo de qualidade” do PSD na medida em que, bem antes destas terem sido repescadas pelo executivo camarário, foram apresentadas por este Partido nos órgãos municipais.

Hoje, para Hugo Soares, Mesquita Machado deixou de tentar fazer, deixou de acreditar e o seu único objectivo passa por tentar não ser derrotado pela candidatura forte de Ricardo Rio. Aliás, mais do que dar continuidade ao seu longo mandato à frente da Autarquia Bracarense, Mesquita Machado poderá apresentar-se perante o eleitorado com o único propósito de tentar derrotar o seu actual adversário directo.

Para Pedro Rodrigues, Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, a sensação que tinha no passado em relação à remota possibilidade de qualquer outro candidato poder bater Mesquita Machado ficou completamente desfeita depois de constatar, em contraponto com a gestão municipal dirigida pelo autarca socialista, a forte, constante e determinada acção que Ricardo Rio e a sua equipa têm imprimido nos últimos anos e a forma como esta tem contribuído e poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos bracarenses.

Sublinhou ainda o facto de a CMB não poder continuar a ser um consórcio de negócios para Mesquita Machado e que está na hora de Braga, com o apoio da juventude, voltar a ser um dos motores do desenvolvimento nacional.

No que diz respeito à política nacional, o Presidente da JSD Nacional criticou o Governo socialista por ter, entre outros, revertido o processo do arrendamento jovem, de ter votado ao esquecimento os jovens desempregados e de ter desinvestido fortemente no ensino superior.

Por sua vez, o Presidente da Comissão Política Distrital de Braga, Deputado Virgílio Costa, congratulou-se com a presença das duas centenas de pessoas e deu ênfase, à semelhança dos anteriores oradores, à política desastrosa protagonizada pelo Governo liderado por José Sócrates em áreas tão sensíveis como as dirigidas à 3ª idade ou ainda ao combate ao Desemprego que tem assolado de forma especial o Distrito de Braga.

Virgílio Costa reafirmou ainda o seu compromisso para, com convicção e empenho, ajudar Braga a poder contar com um Presidente de Câmara como Ricardo Rio, em nome do desenvolvimento económico e social do Concelho e, como fim último, do aumento da qualidade de vida dos bracarenses.

Ricardo Rio garante: “Temos um projecto sólido e credível para Braga.”

Ricardo Rio, líder da Concelhia de Braga do PSD e candidato pela Coligação “Juntos por Braga” às próximas Eleições Autárquicas começou por dar as boas



vindas a todos os presentes e reforçou a ideia já consolidada que o PSD de Braga está preparado, em conjunto com os seus parceiros de Coligação, para apresentar aos Bracarenses um projecto credível, um projecto consistente, um projecto que vai ao encontro dos verdadeiros anseios das populações e que será um projecto vencedor nas próximas eleições.

As suas primeiras palavras foram para os muitos Militantes de Celeiros presentes neste evento, cujas raízes assentam de há muitos anos nesta Freguesia, assegurando que, como em todas as famílias, “há um tempo para dividir e há um tempo para nos unirmos” em torno dos ideais e valores que partilhamos”.

Assumindo o seu estatuto de candidato à Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio fez uma análise crítica às políticas, ou ausência delas, que têm vindo a ser desenvolvidas quer a nível local quer a nível nacional.

Se a nível nacional os ataques despuddorados do Governo aos jovens, aos pensionistas ou aos deficientes constituem motivo de preocupação, a nível local não são menores as situações passíveis de serem sublinhadas e criticadas pela forma mediocre como têm sido tratadas pela maioria socialista do actual Executivo camarário.

Ricardo Rio destacou o facto de o Concelho dispor de uma rede do 1º ciclo desajustada das necessidades; lamentou a falta de qualidade das novas infra-estruturas escolares, e a degradação de equipamentos desportivos e sociais, manifestando a sua apreensão em relação ao planeamento urbanístico, em especial o previsto para as áreas de expansão urbana da cidade.

No novo modelo de gestão que pretende implementar na Autarquia, Ricardo Rio quer dar efectiva prioridade aos incentivos à fixação de jovens no Concelho e nas Freguesias rurais, o que se conseguirá mais facilmente com uma política activa de habitação, com uma intensa acção social, com a dinamização da política cultural, com o fomento da actividade empresarial e da criação de emprego do que com a instalação de um piso sintético em cada esquina.

Para o líder Concelhio mereceram ainda particular atenção as recentes críticas do edil bracarense à postura da Oposição, salientando o facto de este ter cada vez mais necessidade de sair a terreiro para justificar o injustificável e assim tentar reverter a imagem que tem vindo a ganhar contornos claros junto da população bracarense, que tem sabido perceber a postura cansada do edil e as políticas esgotadas por este protagonizadas.

Ciente da realidade local, Ricardo Rio prometeu uma postura activa e cada vez mais próxima dos cidadãos bracarenses, continuando a tentar corrigir os erros dos Autarcas socialistas, ora inquirindo-os quanto a problemas concretos que importam aos Bracarenses, ora apresentando propostas que vão ao encontro da promoção de uma melhor qualidade de vida no Concelho

Notícias de Lisboa

“Deputados Municipais do PSD andaram bem na questão do Empréstimo”, afirmou o Presidente do PSD



O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, considerou, no passado dia 4, que os deputados municipais do partido “optaram pela posição correcta” ao viabilizarem a contratação de um empréstimo de 400 milhões de euros para a Câmara de Lisboa.

“Os deputados municipais do PSD andaram bem, optaram pela posição correcta”, afirmou Luís Filipe Menezes, em declarações aos jornalistas no final de uma cerimónia organizada pelos sociais-democratas para assinalar o 27º aniversário da morte de Sá Carneiro.

Ao final da tarde, os deputados da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) aprovaram por maioria a contratação de um empréstimo de 400 milhões de euros, menos 100 milhões que a proposta aprovada na semana passada pela autarquia.

A nova proposta, apresentada pela bancada municipal do PSD e ratificada pelo executivo camarário numa reunião extraordinária que obrigou à interrupção dos trabalhos da AML, contou com os votos favoráveis das bancadas do PS, PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes” e a abstenção dos deputados sociais-democratas, que detêm a maioria naquele órgão, e do CDS-PP.

Questionado sobre esta decisão da Assembleia Municipal de Lisboa, o líder do PSD disse tratar-se de uma “solução equilibrada”, entre aquilo que o PSD tinha inicialmente proposto e o

que era defendido pelo presidente da Câmara de Lisboa, o socialista António Costa.

“O PSD abdicou de alguma coisa e o presidente da Câmara de Lisboa também abdicou”, sublinhou Luís Filipe Menezes, considerando que “a política é feita dos compromissos possíveis, desejáveis e tendo em conta o interesse geral”.

“Espero que o acordo seja bom para a gestão da Câmara Municipal de Lisboa”, acrescentou, recordando que os deputados municipais sociais-democratas da capital tinha “aprazado o seu posicionamento” com a direcção nacional do partido, que passava por encontrar “uma solução equilibrada”.

Na segunda-feira, o líder da distrital do PSD de Lisboa, Carlos Carreiras, tinha apresentado uma proposta alternativa que implicaria a contratação de um empréstimo de 143 milhões de euros para “pagamento imediato a todos os fornecedores com dívidas inferiores a três milhões de euros”.

Prevía ainda a constituição de um “fundo de reestruturação municipal” de 357 milhões de euros, incluindo outro empréstimo de 57 milhões de euros, venda de património e participações da câmara até 250 milhões de euros, e um plano de poupança orçamental de 50 milhões de euros.

No entanto, a proposta que acabou por ser viabilizada pela AML já tinha sido apresentada em Setembro e mais recentemente pelo líder da bancada

municipal do PSD, Saldanha Serra, mas nunca chegou a ser formalmente apresentada nem debatida.

A proposta foi hoje repetida pelo presidente da Junta de Freguesia de Benfica, Domingos Pires, e o PSD acabou por anunciar que esta era a sua posição formal, levando o executivo camarário a reunir-se extraordinariamente para aprovar a nova proposta e implicando uma interrupção dos trabalhos da AML.

Questionado porque razão só hoje o PSD apresentou a proposta que acabou por ser viabilizada, Luís Filipe Menezes recordou precisamente que a mesma “já tinha sido defendida em Setembro pelo partido”.

“O PSD é um partido responsável e com sentido de responsabilidade”, acrescentou, lembrando que o presidente da autarquia também tinha afirmado que de maneira nenhuma cedia”.

“E cedeu”, salientou.

Carlos Carreiras manifesta-se satisfeito

O líder da CPD do PSD/Lisboa, Carlos Carreiras, manifestou-se hoje satisfeito com a proposta de empréstimo para saneamento financeiro aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa (AML), reiterando que os sociais-democratas mantêm, no entanto, “seriíssimas reservas” sobre a sua legalidade.

A AML aprovou um plano de contratação de empréstimo de 400 milhões de euros (uma parcela de 360 milhões e outra de 40 milhões de euros), seguindo uma proposta do PSD alternativa ao empréstimo de 500 milhões, inicialmente aprovado e submetido à Assembleia pela maioria PS/Bloco de Esquerda.

Em declarações aos jornalistas após o fim da sessão da AML, Carlos Carreiras justificou a abstenção do PSD na votação da sua própria proposta alternativa com as “seriíssimas reservas” que os sociais-democratas continuam a ter quanto à conformidade do empréstimo à Lei das Finanças Locais.

A proposta inicial da Câmara, que a maioria trouxe hoje à Assembleia, previa a contratação de um empréstimo de 500 milhões de euros, com uma primeira tranche de 360 milhões de euros e uma outra, de 140 milhões, a ser usada em casos em contencioso judicial.

Carlos Carreiras, que já tinha alertado para a possibilidade de o empréstimo ser recusado pelo Tribunal de Contas, afirmou que se trata de “uma responsabilidade do presidente” da autarquia, António Costa.

“Foi uma vitória para Lisboa, sempre acreditámos que ia imperar o bom senso e era possível alterar a proposta [da Câmara Municipal de Lisboa], mas vamos ver se o Tribunal de Contas dá razão a esta vitória”, afirmou.

Carlos Carreiras rejeitou que o PSD tenha “perdido a face” por não ter vingado a proposta alternativa que a distrital social-democrata apresentou segunda-feira.

“Sempre dissemos que a proposta [de segunda-feira] não era fechada”, argumentou.

O líder distrital lembrou que a proposta que acabou por ser aprovada hoje já tinha sido apresentada em outras ocasiões pelo PSD.

Carlos Carreiras recusou que a sua presença na reunião de hoje da AML tenha sido uma forma de “interferência” no sentido de voto dos deputados municipais do PSD, em maioria naquele órgão autárquico.

“Estive aqui porque estamos solidários com os deputados municipais”, disse, acrescentando que “o PSD está unido na Assembleia Municipal, na vereação e na distrital”.

O PSD partiu para a reunião da Assembleia disposto a chumbar a proposta de empréstimo de 500 milhões da Câmara, mas na discussão, o presidente da Junta de Freguesia de Benfica, o social-democrata Domingos Pires, retomou uma proposta anterior do PSD que viabilizaria um empréstimo de 400 milhões.

Após uma reunião-relâmpago do executivo, a Câmara aceitou alterar o plano de empréstimo de 500 para 400 milhões, resultando na sua aprovação com a abstenção do PSD e CDS/PP e os votos favoráveis do PS, PCP, Os Verdes e Bloco de Esquerda.

Para isso, os trabalhos da Assembleia Municipal foram suspensos às 18:15 para a reunião extraordinária do executivo discutir uma proposta avançada pelo PSD.

Após esta interrupção o presidente da Câmara, António Costa, anunciou que aceitava os termos da proposta do PSD, pelo que a reunião da Assembleia Municipal pode concluir com a votação que acima é mencionada. –

Fontes: Lusa

Vereadores do PSD pedem esclarecimentos sobre atraso no Centro de Artes de Ovar

No passado dia 25 de Julho de 2007, foi lançada, com pompa e circunstância, a “primeira pedra” do Centro de Artes de Ovar, tendo sido dito na altura que, com o arranque desta empreitada, o actual executivo municipal cumpria mais um dos objectivos estratégicos do mandato, uma vez que este equipamento iria colmatar uma lacuna da cidade e do concelho de Ovar, que é a falta de um espaço cultural condigno e a inexistência de um auditório de dimensão apropriada às necessidades do concelho.

Recorde-se que o Centro de Artes de Ovar foi adjudicado pelo valor de 2.249.652,91 euros, tendo obtido uma comparticipação, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, no valor de 1 731 107,95 euros.

Passados quatro meses do “falso” arranque da empreitada e face à completa ausência de trabalhos em execução no local, pergunta-se:

§ Qual o ponto de situação das obras do Centro de Artes de Ovar?

§ Qual a razão pelo facto da “primeira pedra” ter sido lançada no dia 25 de Julho e, até à data, a “segunda pedra” ainda não foi colocada? - **Álvaro Santos, Costa e Silva, Acácio Coelho, vereadores pelo PSD**

Declaração de voto dos vereadores/PSD sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2008

Considerando que:

1. À semelhança do ano passado, é manifesta a escassez de informação disponibilizada aos Vereadores do PSD para a apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2008. Estes documentos apresentam, desde logo, um pecado capital A PREGUIÇA. Por exemplo:

§ NADA é assumido em termos da estratégia de alargamento da rede de Saneamento, tendo em conta as oportunidades de financiamentos comunitários provenientes do QREN 2007-2013;

§ NADA é assumido em termos de objectivos e calendarização de cobertura de redes, pois fala-se do PEAASAR mas não se quantificam os objectivos. São só palavras, sem compromissos minimamente quantificados;

§ Os documentos analisados



referem-se à substituição de contadores e prevêem receitas de aluguer de contadores de 490.000,00 €, mas no capítulo da despesa só prevêem gastar 80.000,00€ em contadores. Parece-nos haver aqui alguma incoerência;

§ NADA é assumido em termos de objectivos de diminuição de perda de água;

§ No capítulo das Despesas, não está esclarecida a inscrição de um valor de 10.000,00 € para “Prémios de Desempenho” e um outro valor 9.000,00 € para “Outros suplementos e prémios”.

§ São apresentadas algumas estatísticas sobre “novos clientes” mas NADA é quantificado e muito menos se sabe qual o respectivo aumento de facturação.

2. Na reunião da Câmara Municipal de Ovar de 4 de Outubro 2007 (resolução n.º380/2007 pagina 451) foi deliberado que fosse proposto um novo Regulamento de Taxas e Tarifas dos SMAS. Da análise às GOP’s e Orçamento dos SMAS para 2008, deduz-se que não vai haver novo regulamento, já que não existe uma única palavra sobre o tema, e os nomes das rubricas de Receitas persistem, na

nossa opinião, numa situação de ilegalidade.

3. Mas para além da pobreza de forma, o mais preocupante é a pobreza de conteúdo. As Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS, para o ano de 2008, assumem-se claramente como UMA OPORTUNIDADE PERDIDA. Oportunidade perdida porque o QREN 2007-2013 disponibiliza muitos milhões de euros para o sector do abastecimento de água e saneamento, mas o Plano e o Orçamento dos SMAS NADA prevê beneficiar dessa, quiçá, última de vaga de fundos comunitários. Se 2007 foi um ano perdido nesta matéria. 2008 já vai pelo mesmo caminho.

4. Todos sabemos que apenas 4 (em 8) freguesias do concelho de Ovar estão cobertas parcialmente pela rede de saneamento, e que para completar essa rede são necessários 22 milhões de euros. Quando assim é, e para mais quando os objectivos nacionais, junto da União Europeia, são de servir 95% da população e 85% da área, no horizonte de 2013, tal como está assumido no PEAASAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais),

estamos em crer que a Câmara Municipal de Ovar continua a não dedicar a devida atenção a uma área que, em nossa opinião, deveria ser prioritária.

5. Por outro lado, as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS, para o ano de 2008 são reveladores da FALTA DE AMBIÇÃO e da incapacidade para fazer obra. Obra digna de registo e fundamental para proporcionar a tão desejada qualidade de vida a todos os nossos concidadãos. Num investimento total de 2.325.000€, dedicar apenas 782.610€, ao sector do saneamento é manifestamente pouco. Muito pouco. Para mais, quando os municípios pagam, como nunca, uma elevada factura de água e saneamento.

Por tudo isto, os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar votam contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ovar (SMAS) para o ano de 2008.

Ovar, 6 de Dezembro de 2007.

- **Álvaro Santos, Costa e Silva, Acácio Coelho, vereadores pelo PSD**



Notícias de Setúbal

Bruno Vitorino quer união para concretizar objetivos

O presidente-eleito da distrital social-democrata de Setúbal, Bruno Vitorino, afirmou sexta-feira que conta com o empenho de todos os militantes para que o PSD possa obter bons resultados no Distrito de Setúbal.

Na sessão de Assembleia Distrital, onde também decorreu a cerimónia de tomada de posse, Bruno Vitorino lembrou que após as eleições directas no PSD, um conjunto militantes, dirigentes e autarcas do partido colocou em causa a legitimidade da anterior Comissão Política Distrital, sendo várias as vozes a pedir a demissão dos órgãos eleitos.

“O PSD de Setúbal estava a viver um clima de instabilidade interna, sem tranquilidade para o trabalho político. Esta era uma situação lesava a imagem exterior do PSD. Por tudo isto era necessário clarificar a situação interna do distrito, o que me levou a pedir ao presidente da Mesa da Assembleia a marcação de eleições antecipadas”, recordou o dirigente social-democrata.

Após a vitória obtida no passado dia 30 de Novembro, Bruno Vitorino sublinha que o primeiro objectivo é “continuar a trabalhar pelo PSD e pelo Distrito, continuando a defender causas, a defender aquilo em que acreditamos”.

O presidente da Distrital de Setúbal reafirmou a luta contra a co-incineração na Arrábida, prometendo ainda estar atento aos novos

investimentos decisivos para o futuro do País e do Distrito como são os casos da Terceira Travessia do Tejo, da Plataforma Logística do Poceirão e do novo Aeroporto Internacional, mostrando-se convicto de que esta infra-estrutura será construída na margem sul do Tejo.

As más políticas de saúde e educação e o alto índice de desemprego no distrito são outras das preocupações do líder da distrital de Setúbal do PSD.

“A falta de investimento por parte do Governo PS no Distrito de Setúbal é cada vez maior. Em apenas três anos, o PIDDAC sofreu um corte de 50%. O PS está a discriminar a região. Onde é que estão os dirigentes do PS, os seus deputados e a Governadora Civil na defesa do Distrito?”, questiona o dirigente social-democrata.

Sobre as eleições Legislativas, Autárquicas e Europeias que se vão realizar em 2009, Bruno Vitorino afirma que “só com um PSD forte e organizado é que conseguiremos obter os resultados desejados”.

“Pretendemos um partido de inclusão, mas é preciso que alguns não queiram excluir. Pretendemos unir, mas é preciso que alguns não queiram dividir. Pretendemos trabalhar com todos, mas é preciso que todos saibam respeitar as regras e a vontade dos militantes. Se todos estiverem no mesmo espírito, como estou certo que acontecerá, temos todas as condições



para que o PSD se afirme no distrito”, concluiu o presidente da Distrital de Setúbal.

Para o vice-presidente do PSD, Rui Gomes da Silva, que marcou presença na tomada de posse dos órgãos da Distrital de Setúbal, os próximos dois anos irão ser marcados “por muito trabalho, do qual dependerá a vitória em 2009”.

Rui Gomes da Silva anunciou que as escolhas dos nomes que irão concorrer às eleições serão feitas em consonância com a estrutura distrital,

cabendo a esta indicar os candidatos.

“Temos que escolher os melhores. Aqueles cujo trabalho seja reconhecido pelas populações”, salientou.

O vice-presidente do PSD disse que os portugueses estão “a assistir a uma queda lenta do PS”, criticando ainda as opções do Governo face aos cortes nos investimentos para a região de Setúbal. “Não é possível ter uma política séria e sustentável com estas alterações, tendo em conta as dificuldades do distrito”. – CPD/PSD-Setúbal

Notícias de Tomar

Presidente da Câmara local, “escandalizado” com empréstimo da Câmara de Lisboa

O presidente da câmara municipal de Tomar está “escandalizado” com a aprovação do empréstimo de 400 milhões de euros na Assembleia Municipal de Lisboa, frisando que “um Estado de Direito rege-se por leis”.

António Paiva (independente eleito pelo PSD) disse hoje à agência Lusa que espera para ver como vai ser analisado e enquadrado o empréstimo que o presidente da câmara municipal de Lisboa, António Costa, conseguiu ver aprovado terça-feira na Assembleia Municipal.

“Não é possível que se estabeleçam regras para nós e o resto do país fique a assistir”, disse o

autarca, acusando António Costa de, enquanto ministro responsável pelas autarquias, ter “enxovalhado os presidentes de câmara” e agora, enquanto presidente de câmara, “faz o que nenhum fez”.

“Como é que é possível (que a câmara de Lisboa possa recorrer a este empréstimo). Nem se pode dizer que a responsabilidade pela actual situação financeira da autarquia seja de outros, pois o PS governou aquela câmara dezenas de anos. É preciso respeito pela Administração Local seja-se ministro ou não”, disse.

António Paiva declarou-se indignado, porque gere a autarquia há 10 anos “com espartilho” e num

esforço para cumprir a lei, tendo visto recentemente o Ministério das Finanças chumbar dois empréstimos excepcionados.

“Posso deduzir que se o secretário de Estado que chumbou os nossos empréstimos fosse presidente da câmara de Tomar, do PS, então excepçionava. Não pode ser”, afirmou.

Segundo disse, o chumbo dos empréstimos - um, no valor de 814 mil euros, para despolição do rio Nabão, e outro (198 mil euros) para a construção de um centro escolar - foi justificado com o facto de a autarquia dispor ainda de capacidade de endividamento.

“Estamos a fazer a gestão dentro

dos limites do endividamento. Vem aí o Quadro de Referência Estratégica Nacional e precisamos ter capacidade de endividamento para usar os fundos comunitários”, disse, frisando que os empréstimos excepcionados “estão previstos na lei” para as áreas do ambiente, educação e reabilitação urbana.

“É um direito que temos por lei”, disse, frisando que a aprovação do empréstimo para Lisboa será “um desincentivo para as câmaras que estão a cumprir”.

– CPS/PSD-Tomar

Notícias do Algarve

Estranha morte de deficiente mental no Hospital de Faro

O deputado Mendes Bota exigiu do Ministério da Saúde a instauração, com carácter de urgência, de um inquérito destinado a apurar as circunstâncias em que foi assistido e terá falecido no passado domingo, um deficiente portador da síndrome de Down no Hospital Central de Faro. Diz que as dúvidas suscitadas junto dos familiares, não podem ficar sem um cabal esclarecimento.

Eis o teor integral do requerimento parlamentar do deputado, hoje mesmo apresentado na Assembleia da República.

«José Luis Guerreiro Nunes, deficiente portador da chamada síndrome de Down, ou trissomia do cromossomo 21, faleceu no passado dia 2 de Dezembro, aos 36 anos, no Hospital Central de Faro, pouco mais de um mês depois de lá ter dado entrada, aparentemente por um problema de dores ósseas.

Já nessa altura, o signatário do presente requerimento, a pedido da família, teve oportunidade de contactar a Directora Clínica desta unidade hospitalar, chamando-lhe a atenção para o facto de este paciente permanecer, havia três dias, em cima de uma maca, num corredor do serviço de urgências, padecendo em sofrimento e solidão, e sem assistência digna de registo, situação agravada pelo facto de, devido à sua deficiência, não ter condições para exprimir as suas necessidades fisiológicas, fossem elas alimentares ou de outra natureza.

Na sequência do contacto atrás referido, o paciente foi de imediato transferido para outro serviço, mas as insuficiências estruturais daquela unidade hospitalar ficaram mais uma vez patentes, bem como a necessidade urgente de construção do novo Hospital Central do Algarve.

O certo é que, depois de um mês de permanência no Hospital Central de Faro, e de toda uma série de situações sobre as quais importaria ouvir o testemunho dos familiares, José Luis Guerreiro Nunes faleceu subitamente por “insuficiência cardio-respiratória”.

Isto, apesar de nunca ter tido, em vida, quaisquer problemas desta natureza, e depois de os exames realizados durante o seu internamento no Hospital Central de Faro, não terem detectado o menor indício de perturbações de natureza cardiológica ou respiratória, a fazer fé, ainda, no relato dos familiares.

Por eles referida é, também, a situação de o paciente ter passado de uma infecção nas vértebras, para um outro vírus de natureza contagiosa, aparentemente contraído durante a sua permanência no Hospital,

Importa saber, tal como referiram os familiares ao signatário, com cuja autorização redigiu o presente requerimento, assumindo a natureza pública de que se reveste este tipo de instrumento parlamentar, se:

1- Em algum momento o deficiente José Luis Guerreiro Nunes permaneceu imobilizado, quais as razões que justificaram eventualmente esse tipo de acção, e os familiares foram delas devidamente informados?

2- Os familiares foram em algum momento chamados para prestar quaisquer informações sobre o paciente, e sobre os seus antecedentes patológicos, de forma a conhecer-se melhor o seu comportamento e as suas queixas?

3- Foram garantidos ao paciente todos os cuidados adequados, higiénicos ou alimentares?

4- Houve necessidade de alguma medicação anormalmente elevada de sedativos?

O signatário tem a consciência de estar a lidar com uma situação muito melindrosa, onde existe necessidade de abstrair do grau de emocionalidade de quem viu falecer um ente querido, e de evitar a mistura de interesses político-partidários com a defesa da saúde dos cidadãos, sejam eles deficientes ou não, e de preservar o respeito devido à dedicação e competência do pessoal médico e auxiliar das estruturas de saúde.

Mas, o signatário não pode, em consciência, calar-se, e deixar de exigir um esclarecimento cabal das dúvidas que este caso lhe suscita, designadamente em dois aspectos:

a)- Será que os deficientes, designadamente os que são portadores da síndrome



de Down, logo, numa situação de maior fragilidade para exprimir as suas necessidades, são tratados numa urgência ou num internamento hospitalar, rigorosamente da mesma forma que um paciente “normal”? Podem ser deixados entregues à sua sorte? Não carecem de ser atendidos por pessoal especificamente preparado para a sua situação, já de si tão desigual?

b)- Será que este falecimento, tão inesperado e tão brutal, dentro de uma unidade hospitalar “central”, é uma consequência das condições terceiro-mundistas de que os seus profissionais dispõem para trabalhar, desde o funcionamento do serviço de urgências do Hospital Central de Faro, ao elevado risco de contracção de vírus graves por parte de quem lá entra, e até, de quem lá trabalha?

Por tudo quanto atrás ficou dito, requer-se a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais, se digne obter do Ministério da Saúde, resposta às seguintes questões:

- Está disponível para ordenar, com carácter de urgência, a instauração de um inquérito ao Hospital Central de Faro, para o apuramento das circunstâncias em que foi assistido e faleceu o deficiente José Luis Guerreiro Nunes, e de fornecer as suas conclusões, quer ao signatário, quer aos familiares?

- Existe ou não, um tratamento diferenciado dos deficientes, incluindo os portadores da síndrome de Down, quer nas urgências, quer nos internamentos hospitalares, atendendo à sua situação de fragilidade agravada, e de dificuldade de expressão verbal? - **José Mendes Bota, Deputado por Faro**

Regionais Açores

Estratégia da Comissão Europeia “corresponde” à visão do PSD

O PSD/Açores considerou que a comunicação da Comissão Europeia (CE) relativa à estratégia para as regiões ultraperiféricas “corresponde” ao que os social-democratas têm defendido.

“É um documento fundamental para o futuro dos Açores. A ele está subjacente uma estratégia com que nos identificamos de forma clara, apontando para um caminho adequado e bastante diferente do que tem sido seguido pelo governo regional ao longo dos últimos anos. Corresponde, afinal, ao que sempre temos defendido”, afirmou António Marinho, vice-presidente do PSD/Açores, no final de uma audiência com o secretário regional da Presidência a propósito da elaboração do parecer da Região sobre o documento da CE.

Segundo o dirigente do PSD/Açores, a posição do executivo comunitário “concentra as preocupações na melhoria das qualificações, no reforço das dinâmicas empresariais, na melhoria dos factores de competitividade e na criação de situações de excelência a nível da investigação e da utilização de novas tecnologias”.

António Marinho congratulou-se, por isso, com o facto da estratégia da CE para as regiões ultraperiféricas “não privilegiar o ‘hardware’, consubstanciado na construção de infra-estruturas” e apostar no “‘software’ como vertente prioritária”.

O vice-presidente social-democrata acrescentou que “este documento não pode deixar de contar com a apreciação do parlamento regional”.

Produção de leite nas Flores e Corvo com “diminuição preocupante”

O PSD/Açores alertou hoje para a “diminuição preocupante” da produção de leite nas ilhas das Flores e Corvo, cujos “impactos negativos” vão “acelerar a desertificação humana”.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura salientou que, só no mês de Setembro, no Corvo, a produção de leite “caiu cerca de 52 por cento, comparativamente a 2005”, enquanto que nas Flores, relativamente ao mesmo período, a produção “registou uma quebra de cerca de 12 por cento”.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, a produção de leite nos Açores



“possui uma vertente económica e social bastante marcante”, sobretudo nas ilhas “em progressivo abandono humano”, em que a agricultura “assume um papel de fixação de pessoas essencial ao desenvolvimento destes territórios”.

Para António Ventura, este “é o caso das ilhas das Flores e Corvo, onde o subsector da produção de leite representa um capital factor de desenvolvimento”.

“São ilhas onde a exportação de queijo representa o ‘bilhete de identidade’ destes espaços geográficos, caracterizando um saber tradicional associado ao território onde, inclusive, o queijo do Corvo está em vias de receber uma O deputado social-democrata acrescentou que “o regaste leiteiro agora anunciado pelo governo regional, que ocorre sempre nos anos eleitorais, poderá aprofundar desequilíbrios irreversíveis na economia e na fixação de pessoas e, portanto, poderá constituir uma medida ‘cega’”.

Segue o texto do Requerimento

REQUERIMENTO

A produção de leite nos Açores possui uma vertente económica e social bastante marcante.

Em especial, nas Ilhas em progressivo abandono humano, assume a Agricultura um papel de fixação de pessoas essencial ao desenvolvimento destes territórios.

É o caso das Ilhas do grupo ocidental, Flores e Corvo, onde o subsector da produção de leite representa um capital factor de desenvolvimento.

Todavia, desde 2005 que se tem verificado uma diminuição preocupante dos quantitativos de produção de leite nestas Ilhas, o que terá impactos negativos, designadamente, acelerando a desertificação humana.

Só no mês de Setembro, na Ilha do Corvo, a produção de leite caiu em cerca de 52% comparativamente a 2005. Na Ilha das Flores, e na mesma comparação, a produção registou uma quebra de cerca de 12%.

São Ilhas onde a exportação de queijo representa o “bilhete de identidade” destes espaços geográficos, caracterizando um saber tradicional associado ao território onde, inclusive,

o queijo do Corvo está em vias de receber uma qualificação Comunitária.

Para mais, o regaste leiteiro agora anunciado pelo Governo Regional, que ocorre sempre nos anos eleitorais, poderá aprofundar desequilíbrios irreversíveis na economia e na fixação de pessoas e, portanto, poderá constituir uma medida “cega”.

Urge deste modo saber do impacto deste instrumento nestas Ilhas.

É nosso entender que na política para a Agricultura nos Açores deve ser implementado um plano específico para cada Ilha, tendo em conta as potencialidades e os constrangimentos de cada Ilha.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

— A que se deve este decréscimo acentuado na produção de leite nas Ilhas das Flores e do Corvo que se está a verificar desde o ano 2005?

— Considera o Governo Regional que o resgate da quota leiteira para estas Ilhas poderá acelerar o desaparecimento desta produção?

— Possui o Governo estudos sobre o impacto do resgate leiteiro sobre a economia destas Ilhas e sobre o abandono humano? -

Os Deputados Regionais, António Ventura, António Maria Gonçalves e José Manuel Nunes

Novos agentes da PSP são “manifestamente insuficientes”

O PSD/Açores considerou hoje “manifestamente insuficiente” que apenas 30 dos mil novos agentes formados recentemente na Escola Prática de Polícia sejam colocados nos Açores e alertou para o facto de não haver formação nos próximos dois anos.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Pedro Gomes salientou que o número de novos agentes da PSP colocados na Região representa apenas “uma média de pouco mais de um agente por esquadra, tendo em conta a existência de 27 esquadras” no arquipélago.

O parlamentar do PSD/Açores frisou, igualmente, que “não haverá novos agentes formados nos próximos dois anos, o que contribui para agravar a situação vivida nos Açores”.

Actualmente são necessários cerca de 100 agentes para preencher o quadro da PSP na Região.

Pedro Gomes recordou, também, que o parlamento açoriano aprovou, em Fevereiro deste ano, uma resolução na qual se recomendava ao governo da República “a urgente tomada de medidas especiais no sentido do reforço de meios técnicos e humanos para as forças de segurança pública” nos Açores, “o que manifestamente não sucedeu”.

Nesse sentido, o deputado social-democrata questionou o governo regional sobre as medidas que o executivo tomou junto do governo central para que a referida resolução “fosse respeitada”.

O deputado social-democrata acrescentou, com base no Relatório Anual de Segurança Interna de 2006, que os Açores “são a quarta região do país com mais crimes participados por mil habitantes e a décima com mais crimes participados, em termos



absolutos, tendo sido participados 10493 crimes”.

PSD denuncia falta de gasóleo em São Jorge

O PSD/Açores denunciou hoje a ruptura no abastecimento de gasóleo em São Jorge e defendeu a criação de um “stock de segurança” de combustíveis na ilha para que situações idênticas sejam evitadas no futuro.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Mark Marques referiu que “a falta de gasóleo, que se tem verificado nos últimos dias na ilha, tem causado imensos prejuízos e incómodos às populações”.

O parlamentar do PSD/Açores classificou como “inadmissível” a inexistência de um “stock de segurança” de combustíveis na ilha, tendo acrescentado que “basta o navio dos combustíveis atrasar-se quatro ou cinco dias e a ilha fica sem combustíveis”.

“Esta situação já aconteceu em anos anteriores, o que é a prova do desleixo por parte da secretaria regional da Economia nesta matéria”.

Mark Marques pretende saber para quando se prevê a “regularização” da situação e se o governo regional tenciona “tomar medidas no sentido de se criar um stock de segurança, para que no futuro não volte a acontecer

mais uma situação de ruptura de combustíveis na ilha”.

PSD propõe majoração de 20 por cento no financiamento da Universidade

O líder do PSD/Açores defendeu hoje uma “majoração de 20 por cento” na fórmula de financiamento da Universidade dos Açores, como compensação pelos custos da tripolaridade, e anunciou a apresentação de uma iniciativa legislativa nesse sentido.

“A Universidade dos Açores tem uma exigência muito grande de tripolaridade e devia ter esse aspecto considerado na fórmula de financiamento, o que não acontece. O PSD vai apresentar uma iniciativa legislativa que considere essa tripolaridade, no sentido de estabelecer uma majoração de 20 por cento ao nível das despesas correntes para a universidade”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, no final de uma reunião com o reitor da instituição, Avelino Menezes, em Ponta Delgada.

Segundo o líder social-democrata, os custos da tripolaridade e insularidade na academia açoriana representam 20 por cento dos custos totais da universidade em matéria de funcionamento corrente, o que equivale a “cerca de três milhões de euros”.

Para o presidente do PSD/Açores, “considerando o orçamento da Região e certas opções que têm sido feitas pelo governo regional, três milhões de euros, repartidos pelos governos da República e regional, são uma gota de água no oceano, tendo em conta o imenso impacto que têm numa instituição essencial para os Açores”.

Costa Neves recordou que o governo regional “tem financiado investimentos em infra-estruturas e não os custos correntes” da universidade.

O líder social-democrata manifestou ainda o seu “descontentamento” com a “falta de financiamento para estruturas” por parte do governo da República e à forma como tal está a ser feito pelo governo regional.

“Achamos bem que o governo regional preencha esse espaço, que não está ocupado, mas deve fazê-lo de forma cada vez mais clara, assumindo também responsabilidades de tutela na relação com a universidade. O governo regional não pode estar à margem da vida da Universidade dos Açores e isso deve estar expressamente estabelecido na legislação aplicável”, considerou.

Por estes motivos, o PSD/Açores vai apresentar uma proposta à Assembleia Regional que prevê um aumento de 20 por cento no financiamento da universidade do arquipélago, para suportar os custos decorrentes da sua divisão por três ilhas.

A medida foi anunciada pelo líder

dos social-democratas açorianos, Carlos Costa Neves, que hoje se reuniu com o reitor da Universidade dos Açores, a única instituição de Ensino Superior do arquipélago, que está dividida pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial (tripolaridade).

“A Universidade dos Açores sofre todos os males das universidades nacionais, que estão sub-financiadas, acrescidos dos seus próprios males”, salientou Costa Neves, ao defender que a fórmula de financiamento deve contemplar os custos inerentes à insularidade e tripolaridade.

Segundo disse, a academia açoriana, com cerca de três mil alunos, “não tem sido bem tratada” pelo Governo da República, que tem a sua tutela, porque recebe um “financiamento deficitário”.

De acordo com o líder do PSD/Açores, a tripolaridade e a insularidade da Universidade dos Açores correspondem a cerca de 20 por cento dos custos totais, em termos de funcionamento corrente da instituição, representando cerca de três milhões de euros.

“Quero acabar com a discriminação negativa a esta universidade”, afirmou Costa Neves, para quem o Governo açoriano “não pode estar à margem da vida da Universidade”, alegando que apenas tem financiado investimentos, instalações e equipamentos, deixando de fora custos correntes.

“Temos de acabar com jeitos e momentos do Governo Regional e passar a ter relações claramente definidas”, preconizou Costa Neves.

Perante as dificuldades financeiras da academia açoriana, o reitor adiantou aos jornalistas que os vencimentos de Novembro e subsídio de Natal já foram pagos aos funcionários, na sequência de uma antecipação do duodécimo solicitado ao Ministério do Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Avelino Menezes referiu, ainda, que para fazer face aos vencimentos de Dezembro e despesas de funcionamento da Universidade, foi pedido um reforço de 1,8 milhões de euros à tutela.

“O pedido já teve aceitação ministerial da tutela e transitou agora para o Ministério das Finanças”, revelou Avelino Menezes, acrescentando que 2008 será, igualmente, um ano de dificuldades para a instituição.

Segundo disse, o Orçamento de Estado para a Universidade dos Açores em 2008 será igual a 2007, ou seja, uma dotação financeira de 14,6 milhões de euros.

Avelino Menezes manifestou esperança que o contrato de saneamento económico-financeiro proposto, recentemente, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior possam minimizar as dificuldades, embora diga desconhecer ainda os termos do contrato a celebrar. – Fontes: GP/PSD-Açores e Lusa, fotos GP/PSD-Açores



Porta 65 diminui apoios ao arrendamento jovem

A Juventude Social-Democrata dos Açores vem publicamente contestar o novo programa de apoio ao arrendamento jovem, “Porta 65”, que vem substituir o IAJ (Incentivo ao Arrendamento Jovem) e diminui claramente os apoios.

Ora vejamos:

- O prazo de apoio diminui de 5 anos para 3 anos. E o programa “Porta 65” vem estabelecer um tecto limite no preço da renda que compromete o apoio. Ou seja, é estipulada uma tabela por regiões, e no que concerne a Região Autónoma dos Açores, o limite a pagar por um T0 e T1 é de 180 Euros para que o jovem receba o apoio, no caso de um T2 e T3 é de 300 Euros e de um T4 e T5 é de 370 Euros.

Nunca ninguém conseguirá arranjar um apartamento nestas condições, porque os preços reais são muito mais elevados.

Das duas uma, ou a Região Autónoma não foi ouvida sobre a matéria em causa pelo Governo da Republica, ou então o Governo dos Açores não tem o

real conhecimento da actual situação sobre o arrendamento nos Açores. Mais uma vez, os jovens vêm assim comprometido o seu futuro.

Outra questão esquecida, foi a maneira como é feito o pedido de apoio. Anteriormente, com o IAJ, o apoio era feito através de uma Banco. Com o “Porta 65”, esse pedido de apoio é elaborado pela Internet. Ora nem todos os Açorianos têm ainda acesso a Internet, sendo esta uma razão para que os Açores, através da Direcção Regional da Juventude, criassem um organismo de apoio a este programa.

A JSD/Açores propõe:

§ Que os valores sejam alterados, dando mais oportunidades aos jovens;

§ Ou então, que a Região Autónoma transpusesse para a Legislação Regional o programa – nunca esquecendo a realidade das nove ilhas dos Açores. A bem da Juventude. A bem dos Açores.

– JSD/Açores

Actividades das estruturas locais

São Roque do Pico:

Promoveu um Sarau Musical de Solidariedade, com todos os lucros a reverter a favor de Marisa Amaral, vítima picoense de cancro;

Elegeu representantes de freguesia, capazes de responder às necessidades de cada freguesia na hora e no local;

Participou activamente no Festival Energético, desenvolvido pela JSD/Triângulo, acompanhando o líder do PSD/Açores e da JSD/Açores na escalada à montanha do Pico;

Recolheu brinquedos e roupa para serem entregues ao Centro de Acolhimento de Crianças da Candelária do Pico, para que as crianças tenham um Natal mais feliz;

Ponta Delgada:

Organiza um Cabaz de Natal para ser entregue a famílias carenciadas;

Lançou as inscrições para a realização de uma prova de “karting”;

O seu núcleo JSD/Capelas realizou um torneio de futsal no final do Verão que contou com 26 equipas.

Lagoa:

Lançou o seu blogue oficial na internet, como forma de discussões de problemas e temas relacionados com a juventude daquele concelho;

Ribeira Grande :

Organizou: Torneio de Playstation - Rabo de Peixe; Torneio Futsal - Ribeira Seca; Torneio Xadrez - J.F. Ribeira Seca; Torneio Futsal - Festas S. Salvador Mundo – Ribeirinha; Torneio Futsal - Lomba de São Pedro;

Torneio Playstation - J.F. Ribeira Seca; Torneio Futsal - Ribeira Seca;

Demonstrou uma atenção especial ao Bairro de Santa Luzia: denunciou a falta de equipamentos de lazer e solidarizou-se com as suas pessoas, que não têm merecido atenção por parte do Município;

Denunciou que o Plano Municipal de Prevenção às Toxicodépências não está a ter resultado no concelho;

Visitou a freguesia de Porto Formoso e denunciou os vários problemas dos jovens;

Angra do Heroísmo:

Organizou uma Passagem de Modelos - “A JOTA está na moda” ;

Na Escola Secundária Angra do Heroísmo incentivou a formação da Associação de Estudantes, através da campanha: “Sai da Casca; Agita; Participa!”;

Foi à Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Visita Associação de Estudantes;

Organizou um debate sobre Sexualidade “Contracepção e Prevenção de Doenças”;

Assinalou o Dia Mundial da Saúde - “Juntos por uma Vida Saudável” ;

Assinalou o Dia Mundial dos Monumentos e Sítios - “Hoje e o Futuro... Reflexos do Passado”;

Assinalou o Dia Mundial da Mãe; Promoveu uma Festa Vitamina Laranja - “Vem e diverte-te conosco...”;

Faial:

Esteve presente no Conselho Municipal de Juventude e deixou claro

que todo o regulamento foi criado pela JSD Faialense e proposta pelos vereadores do PSD.

Emitiu a sua opinião, através de comunicados escritos em áreas como: Liberalização do voto no referendo ao Aborto, proposta de um campo de futsal no Parque da Alagoa, na Horta e denunciou que o aterro sanitário virou lixeira (JSD/Núcleo dos Cedros);

Lançou um Boletim Informativo e criou um espaço na internet;

Elegeu núcleos nas freguesias do Faial;

Manifestou a necessidade da construção de uma Pousada de Juventude na ilha;

Realizou um convívio de militantes na freguesia da Praia do Norte, na festa da Fajã;

Propôs a criação de um Cartão-Jovem Municipal, congratulando-se pelos 20 anos do Cartão Jovem;

Denunciou na Comunicação Social que não existe política de fixação de jovens na ilha e propôs ideias para o combate a desertificação;

Marcou o seu espaço na comunicação, com entrevistas e artigos;

Pico:

Propôs a criação de espaços de lazer na ilha montanha (desportos radicais, etc);

Insistiu na necessidade de criação de Conselhos Municipais de Juventude na ilha;

Terceira:

Prepara um cabaz de natal, com roupas, brinquedos e bens alimentares;

Graciosa:

Recebeu e participou na iniciativa “PSD em Acção” na ilha, onde recebeu e reuniu com dirigentes regionais da JSD/Açores, estando em cima da mesa questões como educação, emprego e transportes;

Vila Franca do Campo:

Realizou uma festa de Convívio com todos os militantes, na tomada de posse;

Promoveu um jantar de São Martinho;

Instalação dos núcleos de freguesia; Promoveu uma formação na área de “Oratória”;

Organizou um torneio de Ping Pong;

Organizou um torneio de Matraquilhos;

Organizou um torneio de Volei Feminino/Masculino, seguido de Festa Convívio;

Organizou uma Festa Convívio para alertar e prevenir as Drogas;

Fez uma Campanha de Sensibilização no Dia Mundial da Sida;

Realizou o Jantar do Emigrante; Fez um Churrasco Convívio pela entrada de novos militantes;

Organizou a festa “Sound Of Freedom “I”;

Organizou a festa “Sound of freedom II”;

Organizou uma marcha silenciosa



contra as drogas com o objectivo de alertar os jovens para os perigos da toxicod dependência e protestar contra o governo regional, que nada faz para impedir este flagelo social;

Assinalou o Dia Mundial do Deficiente;

São Jorge:

Promoveu um baile de Finalistas para as Escolas Secundária das Velas e Escola Profissional de S. Jorge;

Realizou um inquérito às Juntas de Freguesia sobre questões sensíveis à população juvenil, nomeadamente habitação, emprego, transportes e turismo;

Emitiu um comunicado no Dia Mundial da Juventude e no início do Ano Lectivo;

Realizou uma campanha de solidariedade, no Natal, que consistiu numa recolha de alimentos, para posterior entrega a famílias carenciadas, preparando-se para realizar uma nova recolha de alimentos a distribuir pelas famílias carenciadas;

De realçar que a Juventude Social Democrata dos Açores passou por uma grande fase de reestruturação/

reorganização em algumas Comissões Políticas de Ilha e Concelhias (tendo mesmo sido eleitas algumas muito recentemente), sendo essa a justificação para que ainda não tenham grandes actividades a referir, a não ser o início de uma grande mobilização e rejuvenescimento da estrutura da JSD em cada Ilha e em cada Concelho.

– JSD/Açores

JSD de Ponte da Barca, na Assembleia Municipal

Vota “contra” o Orçamento Municipal para 2008

A JSD de Ponte da Barca desde o início, estabeleceu um verdadeiro compromisso para com a juventude barquense. No comando desta jovem, estrutura político-partidária foi desde o primeiro dia que começamos a pôr em prática as nossas ideias, os nossos ideais, mas sobretudo, a nossa irreverência enquanto jovens.

O poder autárquico é a forma mais próxima do Estado para com os cidadãos, devendo por isso ser alvo de discussão e estudo aprofundado, sobretudo por quem tem responsabilidades autárquicas.

Entendemos que estes devem ter como principal tarefa, guiar o melhor possível os destinos da sua localidade e da sua população, mas acima de tudo preparar o futuro para e com os jovens!

Tendo em conta que esta preparação é a nossa razão de existir, os deputados JSD, após cuidada



análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, consideram que o actual executivo não apresenta inovação alguma no que à Juventude concerne, tendo apenas feito uma mera cópia das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007, introduzindo apenas como “inovação” a pretensão de instalar a Pousada da Juventude em Lindoso.

Por considerar que tal proposta não constitui aposta alguma na juventude barquense e no seu futuro, os deputados JSD votaram CONTRA as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008.

E porque todo Barquense considera que a juventude é o futuro de Ponte da Barca, decerto que também subscreve esta decisão, votando CONTRA esta falta de empenho e responsabilidade.

Pela Juventude Barquense, sempre!
– Deputados Municipais JSD/Ponte da Barca

JSD Ponta Delgada

JSD/Ponta Delgada organiza prova de Kartcross

A Juventude Social-Democrata de Ponta Delgada realizou, no passado Sábado, com início às 16 horas, um Grande Prémio de Kartcross, no Kartódromo “Acelera”, sito ao Pico da Pedra.

A prova contou com a presença de seis equipas que, durante cerca de duas horas, disputaram a vitória final.

A iniciativa visou “incentivar o espírito de equipa na JSD”, bem como proporcionar aos seus militantes e simpatizantes momentos de “verdadeira adrenalina”, referem os responsáveis da estrutura concelhia de Ponta Delgada. – CPS/JSD/Ponta Delgada





ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Alenquer, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 18 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), a partir das 22h30, na Biblioteca Municipal em Alenquer com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Discussão e votação do relatório e contas relativos ao ano de 2007.
3. Análise da situação política.

CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Caminha, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2008, pelas 18h00, na Sede Concelhia, sita na Rua da Corredoura, nº 22, Caminha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e locais do PSD, e em virtude da demissão da Comissão Política Distrital (nº7 do art.º 65 dos Estatutos), convocam-se todos os militantes do Distrito de Viana do Castelo, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 25 de Janeiro de 2008, 6ª feira, entre as 18h00 e as 22h00, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Comissão Permanente Distrital
- c) Conselho de Jurisdição Distrital
- d) Delegados à Assembleia Distrital

LOCAIS DE VOTAÇÃO:

Arcos de Valdevez- Sede Concelhia - Rua Nunes de Azevedo, Cave, CC Norte Vez

Caminha - Sede Concelhia - Rua da Corredoura, 22

Melgaço - Sede Concelhia - Rua da Calçada

Monção - Sede Concelhia - Rua Urbanização Quinta da Oliveira, nº3-Tras.

Paredes de Coura - Sede Concelhia - Rua Custódio José Vieira, nº 4

Ponte da Barca - Sede Concelhia - Rua Condes da Folgosa

Ponte do Lima - Sede Concelhia - Praceta Vieira de Araújo

Valença - Sede Concelhia - Rua de Valflores- Edifício Palácio de Cristal-Sala 65

Viana do Castelo - Sede do PSD - Rua Grande, nº 30- 1º Dtº

Vila N. de Cerveira - Sede Concelhia - Largo 16 de Fevereiro

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 até às 22h00.

Para efeitos de recepção de candidaturas á **Mesa da Assembleia, Comissão Permanente Distrital e Conselho de Jurisdição Distrital**, a sede Distrital do PSD sita na Rua Grande, nº 30- 1º Dtº, encontrar-se-á aberta até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Para efeitos de recepção da candidatura a delegados à Assembleia Distrital, as sedes concelhias encontrar-se-ão abertas até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

Para constarem nos cadernos eleitorais os militantes deverão pagar as suas quotas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Marco de Canaveses do PSD para uma reunião, em sessão extraordinária, a realizar no próximo dia 11 de Janeiro 2008, pelas 18h00, na Sede Concelhia sita no Largo Sacadura Cabral, em Marco de Canaveses, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 23h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD.

MOSCAVIDE

A Assembleia da Secção de Moscavide, prevista para o dia 13 de Dezembro foi alterada para o dia **18 de Dezembro**, à mesma hora e no mesmo local.

O Presidente da Mesa

NÚCLEO DE MAFAMUDE (CPS VILA NOVA DE GAIA)

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes do Núcleo de Mafamude – Vila Nova de Gaia, do PSD, a reunirem em Assembleia Eleitoral no dia 12 de Janeiro de 2008, no período compreendido entre as 17 e as 20h00, na sede concelhia, sita na RUA Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo da Freguesia de Mafamude do PSD.

Nota:

As listas candidatas conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, das 22 às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Só poderão eleger e ser eleitos, os militantes que tenham as quotas em dia e que tenham pelo menos 6 meses de efectividade de filiação.



PAREDES DE COURA (CPD VIANA DO CASTELO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes de Coura, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2008, pelas 18h00, na Sede Concelhia, sita na RUA Custódio José Vieira, n.º 4, em Paredes de Coura, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD da Secção de Seia, para reunirem em Plenário, no próximo dia 11 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do Partido, na Av. 1.º de Maio, n.º 22 – 2.º Esq, em Seia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e partidária
3. Outros assuntos de interesse.

VILA NOVA DE CERVEIRA (CPD VIANA DO CASTELO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Cerveira, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2008, pelas 18h00, na Sede Concelhia, sita No Largo 16 de Fevereiro, Vila Nova de Cerveira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Vagos, para reunir, em sessão ordinária, no dia 20 de Dezembro de 2007, pelas 20h30, na sua sede sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 440 – R/C Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise, discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2008;
2. Informações relativas à Sede do PSD Vagos e eventuais repercussões financeiras da sua utilização
3. Análise da situação política actual;
4. Outros assuntos de interesse para o Partido.

Nota:

Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde com qualquer número de militantes presentes.

ALBERGARIA – A – VELHA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, convoco o Plenário dos Militantes da Secção de Albergaria – a – Velha da JSD, para reunir ordinariamente no próximo dia 28 de Dezembro de 2007, pelas 21h00, na Sede do PSD, sita na Rua Padre Matos Edifício Amazonas Entra, n.º 4 R/c Esq. A/B, na Vila de Albergaria – a – Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Apresentação e Aprovação do Orçamento e Relatório de Actividades;
- 3 – Outros Assuntos de Interesse.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Hugo Rafael Soares)

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para o Conselho Distrital a realizar no dia 12 de Janeiro de 2008, pelas 15 horas, no Auditório Municipal de Alcanena, sito na Rua António Rodrigues Teixeira, em Alcanena, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e análise da situação política;
- 2 – Apreciação e votação do relatório de contas de 2007;
- 3 – Apresentação do Plano de Actividades e votação do Orçamento para 2008;
- 4 – Eleição dos Delegados Distritais da JSD à Assembleia Distrital do PSD.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o possa estatutariamente substituir, na Sede Distrital do PSD de Santarém.

2 – As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
(Francisco José da Silva Varela)

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Nova de Gaia, para o próximo dia 19 de Dezembro de 2007, pelas 21h30, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Actividade e Projectos Políticos da JSD/Gaia
- 2 - Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

O Presidente do Plenário da JSD Gaia
(Noel Gonçalves)